

DESPACHO - GVEG

Solicito a aquisição/ instalação do Pacote Adobe no gabinete do Vereador Everton Gimenis.



Documento assinado eletronicamente por **Everton de Moraes Gimenis, Vereador (a)**, em 17/06/2024, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0751195** e o código CRC **0BDE95BC**.

DESPACHO - DG

À Diretoria de Patrimônio e Finanças:

Preliminarmente, para instruir se há licenças disponíveis no contrato da Adobe ou se há possibilidade de adesão à ata para aquisição do pacote solicitado pelo Gabinete Vereador Everton Gimenes (0751195).



Documento assinado eletronicamente por **Luan Manenti Rangel, Assessor de Gabinete da Direção-Geral**, em 17/06/2024, às 14:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0751204** e o código CRC **74ABDAB4**.

DESPACHO - DPF

Levando em consideração a demanda apresentada (0751195), encaminho em paralelo:

1. À Seção de Despesas e Finanças, para informar saldo e dotação orçamentária, bem como indicar se há conformidade com a LDO, LOA e PPA; e
2. Ao Serviço de Planejamento e Acompanhamento de Contratações, para instruir a presente contratação por meio de Ata de Registro de Preços, por semelhança à demanda do processo 161.00109/2023-71; e
3. Ao Gabinete do Vereador Everton Gimenis, para anexar ao presente expediente projeto básico, sendo indicado o modelo no documento 0661422, por ser demanda semelhante de gabinete parlamentar.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos da Silva, Diretor da Diretoria de Patrimônio e Finanças**, em 18/06/2024, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0751835** e o código CRC **9F26449D**.

DESPACHO - SDF

À DPF:

Compatibilização com as leis orçamentárias (art. 18, Lei n. 14.133/2021)

A compatibilização da contratação pretendida com o planejamento orçamentário desta Câmara Municipal se dá por meio do seguinte encadeamento:

Programa do PPA 2022-2025: Programa 192 – Câmara Municipal

Ação do PPA 2022-2025: Ação 3934 – Tecnologia da Informação, Comunicações e Geoprocessamento

Ação priorizada na LDO 2024: TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÕES E GEOPROCESSAMENTO

Projeto/atividade da LOA 2024: Projeto 2003 – Tecnologias da Informação, Comunicações e Geoprocessamento – CM

PPA 2022 – 2025:

[LEI Nº 12.865, DE 3 DE SETEMBRO DE 2021.](#)

Lista de programas e ações PPA 2022 – 2025, conforme Anexo V – Demonstrativo do Programa e das Ações do Poder Legislativo:

[LEI Nº 12.865, DE 3 DE SETEMBRO DE 2021 - ANEXOS](#) (p. 215 do documento/p. 211 do arquivo digital)

LDO 2024:

[LEI Nº 13.700, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023.](#)

Lista de ações do PPA/2022-2025 priorizadas pela LDO/2024:

[LEI Nº 13.700, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023 – ANEXO I – METAS E PRIORIDADES.](#) (p. 7)

Alterações promovidas pela LDO/2024 no Programa 192 – Câmara Municipal do PPA/2022-2025

[LEI Nº 13.700, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023 – ANEXO VI – PROGRAMAS, AÇÕES E ATRIBUTOS INCLUÍDOS, ALTERADOS OU EXCLUÍDOS NO PLANO PLURIANUAL 2022-2025 E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2024.](#) (p. 14)

LOA 2024:

[LEI Nº 13.775, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023.](#)

Órgão: 100 Câmara Municipal

Unidade Orçamentária: 100 Câmara Municipal

Fonte de Recurso Livre: 1.500.001.000 – Recurso Livre Adm Direta - Impostos E Transferências

Lista de projetos e atividades da LOA 2024

[LEI Nº 13.775, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023 - ANEXOS](#) (p. 366 do documento/p. 363 do arquivo digital)

Alterações promovidas pela LOA/2024 nas metas e prioridades da LDO/2024:

[LEI Nº 13.775, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023 - ANEXOS](#) (p. 9 do documento/p. 6 do arquivo digital)

Ainda, informo que, no caso da efetivação da despesa, a mesma deverá utilizar o código de despesa 33904006 - LOCAÇÃO DE SOFTWARE, subação 2003, complemento 0001.



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Ferreira Sebben, Chefe de Seção**, em 19/06/2024, às 21:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0752769** e o código CRC **4B7A279D**.

Referência: Processo nº 282.00007/2024-05

SEI nº 0752769



Ano Base: 2024

Unidade Gestora	200100	CÂMARA MUNICIPAL	Gestão	00003	GESTÃO PRÓPRIA	Mês Referência	Junho	Tipo Demonstração	Execução	Subação	002003 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÕES E GEOPROCESSAMENTO - CM	Elemento Despesa	40 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica				
Grupo Despesa	33	Outras Despesas Correntes	Pré-Empenhado		Empenhado		Disponível		Liquidado		Pago		A Liquidar		A Pagar	%	
Total	7.000.000,00	D	7.000.000,00	D	3.740.530,49	C	3.259.469,51	C	1.130.335,98	C	1.119.021,33	C	2.610.194,51	C	11.314,65	C	85,57
00100 002003 1.500.001.000 33.90.40	7.000.000,00	D	7.000.000,00	D			3.259.469,51	C									
00100 002003 1.500.001.001 33.90.40					3.740.530,49	C	0,00		1.130.335,98	C	1.119.021,33	C	2.610.194,51	C	11.314,65	C	



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901

CNPJ: 89.522.437/0001-07

Telefone: (51) 3220-4314 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

INFORMAÇÃO

Tendo em vista o princípio da eficiência na Administração Pública, informamos que o objeto do SEI nº 043.00022/2024-12 passa a tramitar juntamente com o objeto deste expediente (SEI nº 282.00007/2024-05).

Serviço de Planejamento e Acompanhamento de Contratações.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Mattos da Costa, Assistente Legislativo III**, em 20/06/2024, às 17:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0752729** e o código CRC **516F18A1**.

Referência: Processo nº 282.00007/2024-05

SEI nº 0752729

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
UNIDADE DE CONTRATOS - DLC/SMAP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26419681/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO 23.0.000067684-5

PE 336/2023

O **MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**, CNPJ nº 92.963.560/0001-60, neste ato representado pela **DIRETORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**, Sra. **LETICIA NOVELLO CEZAROTTO**, conforme delegação de competência estabelecida no Decreto nº 21.363, de 03 de fevereiro de 2022, aqui denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, e a empresa **TECNETWORKING SERVIÇOS E SOLUÇÕES EM TI LTDA**, CNPJ nº 21.748.841/0001-51, tendo sede na Av. Presidente Castelo Branco 249, A, bairro Timbó, cidade de Abreu e Lima/PE, legalmente representada pelo Sr. **ZAIMISON ANTONES RODRIGUES CARTAXO**, aqui denominada simplesmente **FORNECEDOR**, firmam a presente Ata de Registro de Preços referente ao **Pregão Eletrônico para o Sistema de Registro de Preço nº 336/2023**, para a Administração Pública do Município de Porto Alegre, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar Municipal n.º 881/2020, a Lei Municipal n. 12.827/2021, Decreto nº 20.587/2020 e Decreto nº 11.555/1996, e de acordo com as especificações e os detalhamentos constantes no presente instrumento, integrante da presente Ata e consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 - O objeto da presente Ata é o Registro de Preços para prestação de serviços de fornecimento de licenças de uso para acesso ao pacote de Softwares Adobe Creative Cloud. para atender aos órgãos da Administração Pública Municipal de Porto Alegre.

1.2 - Serão considerados participantes do Sistema de Registro de Preço os órgãos da Administração Pública Municipal Direta, as entidades da Administração Pública Municipal Indireta e o Legislativo Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 - O presente instrumento passará a vigor a partir de sua assinatura, sendo extinto ao final do prazo de validade do registro de preços, que é de **12 (doze) meses**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

3.1 - Pela execução dos serviços, objeto do presente, fica registrado, em moeda corrente nacional, o **valor máximo de R\$ 1.179.999,00 (um milhão, cento e setenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais)**.

3.1.1 - O preço registrado para a realização dos serviços constantes do item 1.1, será composto conforme o quadro abaixo:

Item	Especificação do Objeto	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Total Item (R\$)
1	AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE USO DO SOFTWARE ADOBE CREATIVE CLOUD FOR TEAMS ALL APPS POR 36 (TRINTA E SEIS) MESES. MARCA: ADOBE	63	15.088,00	950.544,00
2	AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE USO DO SOFTWARE ADOBE CREATIVE CLOUD FOR TEAMS ALL APPS POR 12 (DOZE) MESES. MARCA: ADOBE	45	5.099,00	229.455,00
Total				1.179.999,00

3.1.2 - No preço registrado estão incluídos todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, ainda que não especificada neste Edital.

3.2 - A existência de preços registrados não obriga o **MUNICÍPIO** a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie.

3.2.1 - Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao sistema de registro de preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições, de acordo com o art. 5º do Decreto nº 11.555/96.

CLÁUSULA QUARTA – FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

4.1. A formalização para a execução dos serviços se dará mediante contrato ou, nas hipóteses legais e a critério da administração, nota de empenho.

4.1.1. - Quando a execução do serviço ultrapassar o valor estipulado no art. 62 da Lei Federal 8.666/93, a formalização para a execução dos serviços se dará obrigatoriamente pela assinatura de Contrato Administrativo, indicando o quantitativo e o valor registrado na presente Ata, conforme minuta de contrato presente no **ANEXO B, do anexo IV do edital**.

4.1.2 - Caso o Contrato celebrado estiver enquadrado nas condições previstas no *caput* e § 1º do art. 29 da Lei Municipal 12.827/2021, a **CONTRATADA** deverá apresentar a comprovação da implementação do Programa de Integridade antes da assinatura do Contrato; podendo apresentar Declaração de Compromisso de Implementação do Programa de Integridade, nos casos previstos no art. 33, § 3º, da Lei Municipal 12.827/2021.

4.2 - Para a formalização da execução do serviço, será exigida a comprovação das condições de habilitação estabelecidas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1.1 – O pagamento será efetuado, após a realização dos serviços e recebimento da respectiva fatura pelo **MUNICÍPIO**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da confirmação de sua execução.

5.1.2 - Considera-se como realização dos serviços, os serviços executados e medidos pela Fiscalização, nos termos e condições do art. 18 e seguintes da Lei Municipal 12.827/2021.

5.1.3 – Se o vencimento do prazo para pagamento da fatura ocorrer em feriado, final de semana ou em dia sem expediente na PMPA, este se dará no primeiro dia útil subsequente ao vencido.

5.1.4 – Cumprir legislação quanto aos procedimentos de fiscalização da Administração Pública Municipal vigente.

5.1.5. - O pagamento somente será liberado mediante apresentação da nota fiscal/fatura de serviços, com a descrição detalhada dos serviços prestados, e devidamente atestados pela fiscalização do órgão competente designado pela secretaria demandante dos serviços, acompanhada de qualquer obrigação acessória e/ou necessária, ainda que não especificada neste Edital.

5.2 – A nota fiscal fatura com defeitos ou vícios, ou ainda aquela que não cumprir com a legislação vigente, deverá ser retificada/substituída/complementada, sendo que o prazo de pagamento reiniciará após a regularização, sem quaisquer ônus para a **CONTRATANTE**.

5.3 – Por ocasião do pagamento serão procedidas às retenções cabíveis na forma da legislação vigente

5.4 – Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente indicada pela **CONTRATADA** juntamente com o número do banco e da agência bancária.

5.5 - A CONTRATADA tem direito ao pagamento de correção monetária incidente sobre os valores das parcelas pagas com atraso, imputável exclusivamente ao **CONTRATANTE**, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado *pro rata die* desde o dia do vencimento do pagamento, conforme o Calendário de Pagamento, até o dia do seu efetivo pagamento.

5.6 - Os serviços prestados devem ser mantidos caso o atraso de pagamento não seja superior a 90 (noventa) dias, contados da data da liquidação, nos termos do disposto no inciso IV do art. 49 da Lei Municipal n.º 881/2020, sob pena de aplicação das sanções cabíveis na hipótese de seu descumprimento.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO

6.1. Não será concedido reajuste dos preços registrados.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou materiais registrados, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.3.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente fundamentado, não puder cumprir o compromisso, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá:

6.4.1. liberar o **FORNECEDOR** do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.4.2. convocar os FORNECEDORES REMANESCENTES, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.4.3. Não havendo êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR deverá proceder à revogação, parcial ou integral, da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da

7.14 - O **FORNECEDOR** deverá informar imediatamente ao órgão gerenciador, Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio, através da DLC , qualquer ocorrência relevante que implique em mudanças na Ata de Registro.

7.15 - Serão de exclusiva responsabilidade do **FORNECEDOR** todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, contribuições para fiscais e outros que venham a incidir sobre os serviços supracitados;

7.16 - O **FORNECEDOR** deverá apresentar, quando solicitado pelo órgão responsável pelo controle do Sistema de Registro de Preço, Central de Contratos, relatórios para conferência das quantidades e valores utilizados pelos órgãos da Administração Pública Municipal, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a solicitação.

7.17 – Responsabilizar-se pela quantificação e qualificação dos serviços a serem executados.

7.18 – Não contratar empregado para prestar serviços para a contratante que seja familiar de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na contratante, em conformidade com o disposto no artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010.

7.18.1 – Considera-se familiar o cônjuge, ou companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA OITAVA– OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - O órgão responsável pela Ata, Unidade de Registro de Preços - URP/DLC/SMAP, disponibilizará à empresa fornecedora dos serviços a Ata de Registro de Preços;

8.2 - O órgão demandante deverá encaminhar a solicitação de serviços, conforme procedimentos publicados na intranet da SMF, endereço <http://smf-intranet>.

8.3 - O órgão demandante do serviço deverá encaminhar ao **FORNECEDOR** listagem dos servidores autorizados a solicitar os serviços.

8.4 - Obriga-se o MUNICÍPIO a:

8.4.1 - Atender às solicitações de esclarecimentos do **FORNECEDOR**;

8.4.2 - Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços contratados, por Representante da Administração, que atestará as Notas Fiscais para fins de pagamento, comprovando a execução dos serviços;

8.4.3 - Notificar o **FORNECEDOR**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

8.4.4 - Inspeccionar a execução dos serviços e a qualificação do objeto contratado, conforme especificações do ato convocatório;

8.4.5 - Manter registro escrito de todas as ordens de serviços e/ou comunicações entre as partes contratantes a fim de que produzam todos os efeitos;

8.4.6. Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações da Ata, assim como as demais disposições pertinentes.

8.4.7 - Aplicar ao FORNECEDOR as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA E DOS SERVIÇOS

9.1 – Da Fiscalização da Ata:

9.1.1 A fiscalização da Ata de Registro de Preços será exercida através da Diretoria de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio.

9.1.2 - A fiscalização de que trata o item anterior não isenta o **FORNECEDOR** das responsabilidades estabelecidas pela Ata .

9.1.3 - O fiscalizador deverá observar e fazer cumprir as legislações pertinentes e relativas à matéria.

9.2 – Da Fiscalização dos Serviços:

9.2.1 - A fiscalização dos serviços será exercida, através de servidor autorizado, designado, pelo órgão demandante.

9.2.2 – O fiscalizador deverá observar e fazer cumprir as legislações pertinentes e relativas à matéria.

9.2.3 - O órgão contratante terá pleno poder para Fiscalizar e acompanhar os serviços contratados, diretamente através de sua fiscalização, objetivando:

9.2.3.1 - Sustar a execução de serviços contratados, total ou parcialmente, bem como diligenciar para que sejam aplicadas à empresa as penalidades previstas em cláusula contratual;

9.2.3.2 - Constatar que as solicitações de providências, à empresa, estão sendo cumpridas; e

9.2.3.3 - Quando a **CONTRATADA** for Cooperativa de Trabalho, observar e fazer cumprir a legislação cooperativista, especialmente a Lei Federal nº 5.764, de 1971 e a Lei Federal nº 12.690, de 2012.

9.2.4 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, etc. e na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DEZ – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com o Município e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores do Município (FOR), pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que:

10.1.1 - não mantiver a habilitação exigida no edital;

10.1.2 - apresentar documentação falsa;

10.1.3 - causar o atraso na execução do objeto;

10.1.4 - não mantiver a proposta;

10.1.5 - falhar na execução do contrato;

10.1.6 - fraudar a execução do contrato;

10.1.7- comportar-se de modo inidôneo;

10.1.8 - declarar informações falsas; e

10.1.9 - cometer fraude fiscal.

10.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

10.2.2. **Multa de:**

10.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

11.1.1 – Pelo **MUNICÍPIO**, quando:

11.1.1.1 - O **FORNECEDOR** não cumprir as exigências contidas no edital ou Ata de Registro de Preços;

11.1.1.2 - O **FORNECEDOR**, convocado, não comparecer para assinar o contrato (quando for o caso), não aceitar a nota de empenho ou o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo **MUNICÍPIO**, sem justificativa aceitável;

11.1.1.3 - O **FORNECEDOR** incorrer em um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal n.º 8.666/93, e alterações posteriores;

11.1.1.4 - O **FORNECEDOR** perder alguma das condições de habilitação durante a vigência da ATA;

11.1.1.5 - Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

11.1.1.6 - Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas na forma do inciso XII do art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93, e alterações posteriores.

11.1.2 - Pelo **FORNECEDOR**, quando:

11.1.2.1 - Mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

11.2 - O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

11.2.1. O órgão gerenciador deverá proferir a decisão no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o envio do pedido que deverá conter toda a documentação comprobatória.

11.2.2. Caso não aceitas as razões do pedido de cancelamento, fica facultada à Administração a aplicação das penalidades/sanções previstas.

11.3 - A comunicação do cancelamento do registro do **FORNECEDOR**, nos casos previstos no item 11.1.1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

11.4 - No caso do **FORNECEDOR** encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial de Porto Alegre, considerando-se cancelado o registro do **FORNECEDOR**, a partir do quinto dia útil, contado da publicação.

11.5 - A solicitação do prestador de serviços para cancelamento do registro de preços, não o desobriga do fornecimento da prestação dos serviços, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser proferida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o envio do pedido contendo toda a documentação comprobatória, facultada à Administração a aplicação das penalidades/sanções previstas no edital, caso não aceitas as razões do pedido do cancelamento.

CLÁUSULA DOZE – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 – A Ata de Registro de Preço resultante da presente licitação poderá ser cancelada nos termos dos artigos 77, 78, 79 e 80 da Lei Federal nº 8666/93.

12.1.1 – A Ata de Registro de Preço também poderá ser cancelada nos casos em que se verificar que o **FORNECEDOR** não preenchia ou não mais preenche os requisitos de habilitação.

12.2 – Nas hipóteses legais de cancelamento solicitado pela empresa, esta deverá submeter o seu pedido, necessariamente fundamentado, à apreciação da contratante através de requerimento protocolado e instruído com a documentação comprobatória dos fatos alegados.

12.3 – O cancelamento será precedido de autorização expressa e fundamentada da autoridade competente.

12.4 – O **FORNECEDOR** reconhece os direitos do **MUNICÍPIO** em caso de cancelamento prevista no art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TREZE - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - As despesas decorrentes das contratações correrão por conta das dotações orçamentárias e financeiras próprias dos órgãos da Administração Pública Municipal de Porto Alegre participantes do SRP.

CLÁUSULA QUATORZE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Fica o **FORNECEDOR** vinculado, até o término presente Ata de Registro, às condições do Edital convocatório, seus anexos e a sua proposta, que independentemente de traslado fazem parte integrante deste instrumento

14.2 - Para todos os efeitos legais, visando a exata caracterização do objeto, além de estabelecer procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, bem assim elencar as responsabilidades do **FORNECEDOR**, integram esta Ata de Registro de Preços, como se nele estivessem transcritos, com todos os seus anexos, os seguintes documentos:

14.2.1 - Edital de Pregão Eletrônico nº 336/2023, com todos os seus Anexos;

14.2.2 - Proposta do **FORNECEDOR**;

14.3 - Os documentos referidos na presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a esta Ata de Registro de Preços, definir a sua extensão, as suas obrigações, e, desta forma, reger a execução do objeto.

CLÁUSULA QUINZE – DO FORO

15.1 - Para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos, oriundos da presente Ata de Registro fica eleito o Foro da cidade de Porto Alegre, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

E assim por estarem justos e acertados, é firmada a presente Ata de Registro de Preços, por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do **MUNICÍPIO**.

INSTRUMENTO I

Integra a presente ata de registro de preços o Termo de Referência que se encontra no documento SEI nº 25114530

ANEXO A

COMPROMISSO DE ATENDIMENTO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

1.1. Entende-se por "Dados Pessoais", todos e quaisquer dados ou informações que, individualmente ou em conjunto com outros dados ou nomes, identifiquem ou permitam que um determinado usuário seja identificado, nos termos da Lei 13.709/2018 ("LGPD").

1.2. A **CONTRATADA**, na qualidade de Operadora dos Dados Pessoais, deverá tratá-los única e exclusivamente para as finalidades estabelecidas neste instrumento, ou conforme orientação por escrito fornecida pelo **CONTRATANTE**.

1.3. O **CONTRATANTE**, na qualidade de controlador dos Dados Pessoais, observará a legislação aplicável a matéria nas decisões relativas ao tratamento dos Dados Pessoais, sendo totalmente responsável pelo eventual descumprimento das normas legais, quando previamente alertada pela **CONTRATADA**.

1.4. Em caso de descumprimento da LGPD, em decorrência deste CONTRATO ou das orientações fornecidas pelo **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** será solidariamente responsável por eventuais prejuízos sofridos pelo **CONTRATANTE**.

1.5. Em observância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), a **CONTRATADA** declara:

a) tratar e usar os dados a que tem acesso, nos termos legalmente permitidos, em especial recolhendo-os, registrando-os, organizando-os, conservando-os, consultando-os ou transmitindo-os somente nos casos em que houver consentimento inequívoco do **CONTRATANTE**;

b) tratar os dados de modo compatível com as finalidades definidas pelo **CONTRATANTE**;

c) conservar os dados apenas durante o período necessário à execução das finalidades, garantindo a sua confidencialidade;

d) implementar as medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de seu tratamento ilícito;

e) assegurar que os seus empregados e os prestadores de serviços externos contratados, que venham a ter acesso aos dados pessoais no contexto deste contrato, cumpram as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, não cedendo nem divulgando tais dados a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelo **CONTRATANTE**, devendo a **CONTRATADA** exigir que tais indivíduos assinem o Termo de Confidencialidade.

1.6. A **CONTRATADA** manterá os Dados Pessoais e Informações Confidenciais sob programas de segurança, incluindo a adoção e a aplicação de políticas e procedimentos internos, elaborados para: (a) identificar riscos prováveis e razoáveis para segurança e acessos não autorizados à sua rede; e (b) minimizar riscos de segurança, incluindo avaliação de riscos e testes regulares.

1.7. A **CONTRATADA** se obriga a comunicar imediatamente o **CONTRATANTE** quando da ocorrência de qualquer incidente envolvendo os serviços contratados, execução do CONTRATO e os dados e/ou informações disponibilizados pelo **CONTRATANTE** (e/ou suas próprias informações), tomando de imediato todas as medidas que possam minimizar eventuais perdas e danos causados em razão do incidente, além de adotar todas as medidas técnicas necessárias cessar e solucionar o incidente com a maior brevidade possível.

1.8. O **CONTRATANTE** possui amplos poderes para fiscalizar e supervisionar o cumprimento das obrigações de que trata esta cláusula, inclusive in loco, na sede da **CONTRATADA**, desde que, neste caso, avise com antecedência mínima de 48h (quarenta e oito horas), e pode, ainda, a qualquer tempo, exigir os elementos comprobatórios correspondentes.

1.9. A **CONTRATADA** se compromete a responder todos os questionamentos feitos pelo **CONTRATANTE** que envolvam dados pessoais repassados e a LGPD, no prazo de 5 dias úteis, sem prejuízos dos demais deveres ajustados neste instrumento”.



Documento assinado eletronicamente por **Zaimison Antones Rodrigues Cartaxo, Usuário Externo**, em 28/11/2023, às 16:00, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Leticia Novello Cezarotto, Diretor(a)**, em 29/11/2023, às 13:16, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **26419681** e o código CRC **90DB7BD4**.



prefeitura de
PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - SMAP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 23.0.000067684-5
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 336/2023

O **MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**, através da **DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO – SMAP**, com sede na Rua Uruguai, nº 277, 11º andar, Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP: 90010-140, torna público para conhecimento de todos os interessados que no dia e hora constantes no AVISO DE ABERTURA publicado, será realizada licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **"MENOR PREÇO"**, que será regido pela Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, pelo Decreto Municipal nº 20.587/20, pela Lei Complementar Municipal nº 881/2020, pela Lei Municipal nº 12.827/21, Decreto Municipal nº 11.555/1996, além das demais disposições legais aplicáveis, e pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

A informação dos dados para participação deverá ser feita através do site www.portaldecompraspublicas.com.br

QUADRO RESUMO DA CONTRATAÇÃO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO PARA ACESSO AO PACOTE DE SOFTWARES ADOBE CREATIVE CLOUD.	
VALOR ESTIMADO: R\$ 1.189.826,55 (um milhão, cento e oitenta e nove mil oitocentos e vinte e seis reais e cinquenta e cinco centavos)	MODO DE DISPUTA: Aberto
DATA DA DISPUTA: Conforme aviso de abertura	BENEFÍCIO ME/EPP: DESEMPATE
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE	ADMITE PROPOSTA COM QUANTITATIVO ABAIXO DO ESTIMADO?: NÃO

TEMPO DE DISPUTA: Durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

REFERÊNCIA DE TEMPO: para todas as referências de tempo será considerado o horário de Brasília-DF.

1 - DO OBJETO

1.1 - O presente Pregão Eletrônico tem por objeto o Registro de Preços para prestação de serviços de fornecimento de licenças de uso para acesso ao pacote de softwares Adobe Creative Cloud, para a Administração Pública Municipal, conforme especificações constantes no **ANEXO V - Termo de Referência**, integrante do presente Edital.

1.2. Serão considerados participantes do Sistema de Registro de Preço os órgãos da Administração Pública Municipal Direta, as entidades da Administração Pública Municipal Indireta e o Legislativo Municipal.

1.3. O Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica -CNPJ dos participantes do Sistema de Registro de Preço segue abaixo:

1.3.1. MUNICÍPIO PORTO ALEGRE , CNPJ nº 92963560/0001-60;

1.3.2. CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, CNPJ nº 89522437/0001-07;

1.3.3. DMLU, CNPJ nº 88.017.272/0001-45;

1.3.4. DMAE, CNPJ nº 92924901/0001-98;

1.3.5. DEMHAB, CNPJ nº 92965870/0001-13;

1.3.6. FASC, CNPJ nº 89525901/0001-00;

1.3.7. IMESF, CNPJ nº 14025433/0001-06;

1.3.8. PREVIMPA, CNPJ nº 05332568/0001-23;

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 - Somente poderão participar desta Licitação as empresas prestadoras de serviços que preencham as condições estabelecidas neste Edital.

2.2 - Estarão **impedidas** de participar da presente licitação as empresas:

2.2.1 - proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.2.2 - que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

2.2.3 - que estiverem em regime de falência, concordata, dissolução, liquidação ou concurso de credores;

2.2.4 - que tenham um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representando licitantes distintos, que concorram entre si;

2.2.5 - que tenham em sua composição societária sócios em comum, gerentes ou diretores, que concorram entre si;

2.2.6 - que tenham sócios, diretores, gerentes, empregados, representantes legais ou responsáveis técnicos que sejam servidores públicos do Município de Porto Alegre ou de qualquer entidade que integre sua administração indireta.

2.2.7 - que realizaram doações em dinheiro, ou bem estimáveis em dinheiro, para partido político ou campanha eleitoral de candidato a cargo eletivo, a contar do dia 02 de outubro de 2015.

2.2.8 - nas quais haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo político, em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação;

b) servidor efetivo ou de pessoa com vínculo de trabalho municipal remunerado que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

c) autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

2.2.8.1. - Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

2.2.9 - reunidas sob a forma de consórcio.

2.3 – As licitantes abrangidas pela Lei Federal nº 12.690/2012 deverão cumprir todos os requisitos previstos na referida legislação.

3 - DO PROCEDIMENTO

3.1 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, com apoio técnico e operacional da Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre – PROCEMPA.

3.2 - O certame será realizado através da utilização do Portal Eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.3 - Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Diretoria de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio, denominado "Pregoeiro", com o suporte de sua Equipe de Apoio, os quais, juntamente com a autoridade competente do órgão promotor da licitação, formam o conjunto de operadores do sistema do Pregão Eletrônico.

3.4 - Impugnações ao ato convocatório do pregão e Recursos caberão na forma especificada nos itens 5 e 12 do Edital que tratam da Impugnação, Esclarecimentos ao Edital e dos Recursos.

4 - DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

4.1 - Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto ao site www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.2 - Os interessados deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema.

4.3 - Em sendo sócio, proprietário ou dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.4 - A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa justificada do Portal de Compras Públicas.

4.5 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso, em quaisquer transações efetuadas diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Portal de Compras Públicas, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6 - O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

4.7 - A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data, horário e limites estabelecidos.

4.8 - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.9 - Caberá ao licitante acompanhar todas as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, bem como as mensagens disponibilizadas através do site, desde a data da publicação do Edital até a sua homologação, ficando a Administração isenta de quaisquer responsabilidades diante da inobservância das mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão deste.

4.10 - As Licitantes que desejarem obter os benefícios de preferência concedidos às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas deverão declarar, em campo próprio do sistema, sob as penas da Lei, que cumprem com os requisitos legais, estando aptas a usufruir o tratamento diferenciado estabelecido, nos termos do **artigos 43 a 49**, da Lei Complementar Federal nº 123/06 e Lei Complementar Federal nº 147/14 ou da Lei Federal nº 11.488/07.

4.10.1 - As licitantes que se declararem beneficiárias das Lei Complementar Federal nº 123/06, Lei Complementar Federal nº 147/14 e Lei Federal nº 11.488/07 e **NÃO COMPROVAREM OS REQUISITOS LEGAIS PARA TAL ENQUADRAMENTO** serão inabilitadas e poderão estar sujeitas às sanções previstas no Edital e legislação pertinente.

4.10.2 - A comprovação dos requisitos tratada neste item se dará em conformidade com a apresentação dos documentos para habilitação exigidos no **ANEXO I – Documentação Habilitatória** deste edital;

5 - DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

5.1 - Impugnações e esclarecimentos ao ato convocatório do pregão **serão recebidas até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da licitação.**

5.1.1 - As Impugnações e os esclarecimentos deverão ser enviados através de campo próprio do sistema no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

5.1.2 - O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

5.1.3 - Caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis a partir da data de recebimento da impugnação, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

5.1.4 - Deferida a impugnação do ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

5.2 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

5.3 - Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

6 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.1.1 - Para licitantes que possuem filiais os documentos apresentados deverão ser do CNPJ cadastrado no site, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para a matriz e todas as filiais.

6.2 - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha e somente será efetivado mediante as seguintes declarações eletrônicas, exigidas pelo sistema:

6.2.1 - Declaração de Conhecimento do Edital;

6.2.2 - Declaração de Inexistência de Impeditivos;

6.2.3 - Declaração de Não-Emprego de Menores;

6.2.4 - Declaração Negativa de Doação Eleitoral.

6.3 - Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no Certificado de Registro Cadastral - CRC do Município de Porto Alegre/RS, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

6.4 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.5 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.7 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.8 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7- DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1 - Valor do ITEM, correspondente ao VALOR UNITÁRIO de cada serviço integrante do LOTE

7.2 - Os licitantes deverão apresentar proposta de MENOR PREÇO utilizando 2 (duas) casas depois da vírgula.

7.3 - O VALOR MÁXIMO estimado para a prestação de serviços citados no item 1.1 deste edital é de R\$ 1.189.826,55 (um milhão, cento e oitenta e nove mil oitocentos e vinte e seis reais e cinquenta e cinco centavos):

LOTE 1

Item	CATSER	Especificação do Objeto	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Total Item (R\$)
1	27502	AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE USO DO SOFTWARE ADOBE CREATIVE CLOUD FOR TEAMS ALL APPS POR 36 (TRINTA E SEIS) MESES.	63	15.210,5500	958.264,65
2	27502	AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE USO DO SOFTWARE ADOBE CREATIVE CLOUD FOR TEAMS ALL APPS POR 12 (DOZE) MESES.	45	5.145,8200	231.561,90
Total Estimado					1.189.826,55

7.3.1 - O serviço deverá ser executado em conformidade com o ANEXO V – Termo de Referência, integrante do presente Edital.

7.4 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o FORNECEDOR.

7.5 - O preço proposto deverá ser completo abrangendo todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), mão de obra, prestação do serviço, fornecimento de mão de obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, traslado, seguro do pessoal utilizado nos serviços contra riscos de acidente de trabalho, cumprimento de todas as obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária imposta ao empregador e qualquer despesa acessória e/ou necessária, ainda que não especificada neste Edital;

7.5.1 - A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários.

7.6 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõem as especificações do objeto licitado, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

7.7 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.8 - O MUNICÍPIO é considerado consumidor final, sendo que o licitante deverá obedecer ao fixado no art. 155, § 2º, inciso VII da Constituição Federal.

7.9 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas.

8.2.1 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1 - O lance deverá ser ofertado pelo valor GLOBAL do lote em disputa.

8.5.2 - O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de R\$ 0,01 (um centavo), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.6 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.8 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.9 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.10 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

- 8.11** - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 8.12** - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.13** - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.14** - A manifestação de desistência do lance durante a fase de disputa deverá ser enviada exclusivamente pelo site da disputa e será analisada pelo Pregoeiro.
- 8.15** - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.
- 8.16** - Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.17** - O critério de julgamento adotado será o menor valor **TOTAL DO LOTE**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 8.18** - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.19** - Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese, conforme descrito nos **itens 8.20 a 8.24**.
- 8.19.1**- Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do **item 8.19**, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.
- 8.19.2**- Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 8.19.3**- Caso a licitação seja exclusiva para participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, não se aplica o previsto nos itens 8.20 a 8.23.
- 8.20** - Será assegurada como primeiro critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme a Lei Complementar Federal nº 123/06.
- 8.21** - O sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.
- 8.21.1** - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.21.2** - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.22** - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.23** - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontre no intervalo de 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, o sistema fará a identificação e aplicará o critério da Lei Complementar Federal nº 123/06.
- 8.24**- Persistindo o empate ou havendo o empate em licitação exclusiva para participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, será assegurada a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
- 8.24.1** - produzidos no País;
- 8.24.2**- produzidos ou prestados por empresas brasileiras.
- 8.24.3** - produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- 8.24.4** - produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 8.25** - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 8.25.1** - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.25.2** - O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo 03 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 8.26** - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 8.27** - Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

9 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 9.1** - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 24 do Decreto n.º 20.587/20.
- 9.2** - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:
- 9.2.1** - não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
- 9.2.2** - contenha vício insanável ou ilegalidade;
- 9.2.3** - não apresente as especificações técnicas exigidas no Edital;
- 9.2.4** - apresentar preço final superior ao preço estimado pelo Município (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível. ; devendo o Pregoeiro avaliar a aceitabilidade dos preços ofertados em todos os itens que compõem o **LOTE** e desclassificar a proposta ou lance vencedor que não atender à solicitação para readequá-los.
- 9.2.4.1** - Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 9.2.4.1.1** - for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 9.3** - A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que os respectivos custos sejam excluídos da Planilha, adotando, se for o caso, as providências do art. 45, *caput*, do Decreto n.º 20.587/20.
- 9.4** - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- 9.4.1 - Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecução;
- 9.4.2 - Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;
- 9.4.3 - Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- 9.4.4 - Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- 9.4.5 - Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- 9.4.6 - Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a execução do objeto;
- 9.4.7 - Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.
- 9.5 - O licitante deverá apresentar sua proposta obedecendo ao piso salarial fixado na Convenção Coletiva da Categoria, quando houver, vigente na publicação deste edital.
- 9.6 - Será desclassificada a proposta que não corrigir ou justificar eventuais irregularidades apontadas pelo Pregoeiro;
- 9.6.1 - A adequação da proposta na forma do item anterior não poderá acarretar em majoração de seu valor global.
- 9.6.2 - O não atendimento da diligência no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo caracteriza-se hipótese de desclassificação da proposta.
- 9.7 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 9.7.1 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 9.8 - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.8.1 - É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 9.9 - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 9.10 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 9.11 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.12 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10 - DA HABILITAÇÃO

- 10.1 - Concomitantemente ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará se o mesmo atende às condições de participação, especialmente quanto à inexistência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 10.1.1 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- 10.1.2 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- 10.1.3 - Relação de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- 10.1.4 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 10.2 - Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos **itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3** acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.
- 10.3 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 10.4 - Se o licitante arrematante desatender as exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 10.5 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo máximo de 03 (três) horas, sob pena de inabilitação.
- 10.5.1 - A entrega da documentação física original ou autenticada fica dispensada, podendo ser solicitada a qualquer momento em prazo estabelecido pelo pregoeiro.
- 10.5.2 - Quando solicitada, a documentação física original ou autenticada deverá ser encaminhada à Diretoria de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio, situada na Rua Uruguai, nº 277, 11º andar, Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP: 90010-140, nos seguintes horários de atendimento: Manhã: 09 h 00 min às 11 h 30 min e Tarde: 13 h 30 min às 17 h 00 min. Os documentos deverão ser enviados em envelope opaco e lacrado, contendo as seguintes indicações no seu averso:

ENVELOPE DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO/PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 336/2023

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE CNPJ OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

- 10.6 - Os documentos referentes à habilitação do licitante deverão estar válidos no dia de abertura da sessão pública.
- 10.7 - Quando da verificação dos documentos para habilitação arrolados no **ANEXO I - Documentação Habilitatória** do Edital, o pregoeiro procederá ao que segue:
- 10.7.1 - A habilitação dos licitantes será verificada por meio dos documentos apresentados pelos licitantes ou pelo **Certificado de Registro Cadastral (CRC) junto ao Cadastro de Fornecedores do Município de Porto Alegre/RS**, nos documentos por ele abrangidos;
- 10.7.1.1 - Maiores informações sobre o CRC e a forma/documentos necessários para se cadastrar estão disponíveis no link <https://prefeitura.poa.br/smap/cadastro-de-fornecedores>.
- 10.7.1.2 - Os documentos de habilitação não abrangidos pelo CRC deverão ser enviados conforme o item 10.7.2.
- 10.7.2 - Os documentos exigidos para habilitação serão enviados nos termos do disposto no **item 6.1**;
- 10.7.3 - Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, observado o prazo disposto no **item 9.7** e a possibilidade de prorrogação prevista no **item 9.7.1**;
- 10.7.4 - A verificação pelo Pregoeiro do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação;
- 10.7.5 - Na hipótese de a proposta vencedora não ser aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital;

10.7.6 - Na hipótese de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema, no prazo fixado no edital, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor;

10.7.7 - A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006;

10.7.8 - Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

10.8 - Os licitantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação e a assinar o contrato no prazo fixado pela Administração, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

10.9 - Os documentos apresentados pelo licitante que forem emitidos pela internet, ou que sejam substituídos pelo Cadastro, terão sua validade verificada pelo Pregoeiro no momento da habilitação.

10.10 - A ausência de registro de aplicação de sanção nos cadastros mencionados no item 10.1 não elide a inabilitação da licitante, quando a sua aplicação for comprovada por outros meios idôneos.

10.11 - Serão inabilitadas as licitantes que não atenderam as exigências para habilitação contidas neste edital.

11 - ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO

11.1 - A Proposta de Preço final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 03 (três) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1 - Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2 - Apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo **ANEXO II – Modelo de Proposta de Preço**, discriminando dentro do preço proposto os valores referentes à prestação dos serviços.

11.1.2.1 - Os valores unitários da proposta não poderão ser superiores aos valores unitários constantes da planilha de custos do **ANEXO V - Termo de Referência**.

11.1.2.2 - Tanto os valores unitários quanto os cálculos da planilha de custos/formação de preços deverão estar truncados na segunda casa decimal.

11.1.3 - Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2 - A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.2.1 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

11.3 - Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

11.3.1 - Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.4 - A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.5 - A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.6 - As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12 - DOS RECURSOS

12.1 - O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2 - Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1 - Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2 - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.3 - Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o **prazo de três dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3 - Havendo recurso, o Pregoeiro apreciará os mesmos e, caso não reconsidere sua posição, caberá à autoridade competente a decisão em grau final.

12.4 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.5 - Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

12.6 - Os pedidos de vistas ao processo deverão ser encaminhados ao e-mail pregoeiros@portoalegre.rs.gov.br, cabendo ao Pregoeiro disponibilizá-las por meio de acesso externo pelo Sistema Eletrônico de Informações do Município - SEI por prazo determinado.

13 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2 - Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata ou o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.1.1 - A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no Cadastro de Fornecedores (CRC), quando existente, ou através dos dados contidos nos documentos de habilitação enviados na forma do item 6, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 - Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo adjudicado o objeto ao vencedor da licitação pelo Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14.3 - A homologação poderá ser revogada nos termos do Decreto n.º 20.587/20 e do art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.4 - Após a homologação, poderá o licitante ser desclassificado por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, não atendimento do item 16 ou em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento, no qual a homologação será desfeita.

15. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - Após a homologação da licitação, será lavrada Ata de Registro de Preço, com vigência de 01 (um) ano, com o **FORNECEDOR** classificado em primeiro lugar.

15.1.1 - A Ata de Registro de Preços é o instrumento jurídico que representa compromisso de fornecimento futuro, sem vinculação dos órgãos da Administração Pública Municipal para a execução do objeto.

15.1.2 - Quando admitida pelo Edital a proposta de quantitativos abaixo do estimado pelo Município, caso a proposta do licitante vencedor não atenda ao quantitativo total estimado, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora, precedida de posterior habilitação, nos termos do disposto no **item 10 do Edital**.

15.2 - O licitante vencedor deverá assinar eletronicamente a Ata de Registro de Preços no prazo de 03 (três) dias, a contar do recebimento da convocação, sob pena de aplicação das sanções pertinentes, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, por igual período.

15.3. Para proceder à assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preços, o licitante vencedor deverá realizar o cadastramento de seu representante legal junto ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI), conforme as instruções disponibilizadas em https://sei.procempa.com.br/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0.

15.4 - Quando o proponente vencedor convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar a Ata de Registro de Preço ou não apresentar situação regular, no ato da assinatura deste, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar a Ata de Registro de Preço, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

15.5 - Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar a ata de Registro de Preço no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

16 – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1 - A execução dos serviços deverá ser realizada, conforme **ANEXO V** – Termo de Referência.

17 – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DOS SERVIÇOS

17.1 Da Fiscalização da Ata de Registro de Preços

17.1.1 A fiscalização da Ata de Registro de Preços será exercida através da Diretoria de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio.

17.1.2 - A fiscalização de que trata o item anterior não isenta o **FORNECEDOR** das responsabilidades estabelecidas pela Ata .

17.1.3 - A fiscalização deverá observar e fazer cumprir as legislações pertinentes e relativas à matéria, especialmente a Lei Municipal 12.827/2021.

17.2 Da Fiscalização da Execução dos Serviços

17.2.1 - A fiscalização dos serviços será exercida de forma periódica e sistemática sobre a empresa, através de responsável técnico designado pelo órgão demandante dos serviços.

17.2.2 - A fiscalização de que trata o item anterior não isenta o **FORNECEDOR** das responsabilidades estabelecidas pela Ata de Registro de Preços.

17.2.3 - A fiscalização deverá observar e fazer cumprir as legislações pertinentes e relativas à matéria, especialmente a Lei Municipal 12.827/2021..

17.2.4 - A fiscalização dos serviços terá pleno poder para Fiscalizar e acompanhar os serviços contratados, objetivando:

17.2.4.1 - Sustar a execução de serviços contratados, total ou parcialmente, bem como diligenciar para que sejam aplicadas à empresa as penalidades previstas em cláusula contratual e;

17.2.4.2 - Constatar que as solicitações de providências, à empresa, estão sendo cumpridas.

17.2.5 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do **FORNECEDOR**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, etc. e na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do MUNICÍPIO ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

18 - DO PAGAMENTO

18.1 - O pagamento será efetuado, após a efetiva execução dos serviços, em até 30 (trinta) dias subsequentes contados a partir da confirmação de sua realização pelo responsável pela Fiscalização, nos termos e condições do art. 18 e seguintes da Lei Municipal 12.827/2021.

18.1.1 - Consideram-se como realização dos serviços, os serviços executados e atestados pela fiscalização do órgão solicitante dos serviços.

18.2 - Se o vencimento do prazo coincidir com feriado, final de semana ou em dia sem expediente na PMPA, considerar-se-á como vencimento o primeiro dia útil imediato.

18.3 - O pagamento somente será liberado mediante apresentação da nota fiscal/fatura de serviços, com a descrição detalhada dos serviços prestados, e devidamente atestados pela fiscalização do órgão competente designado pela secretaria demandante dos serviços, acompanhada de qualquer obrigação acessória e/ou necessária, ainda que não especificada neste Edital.

18.3.1 - A nota fiscal fatura com defeitos ou vícios, ou ainda aquela que não cumprir com o disposto acima, deverá ser retificada/substituída/complementada sendo que o prazo de pagamento reiniciará após a regularização, sem quaisquer ônus para o **MUNICÍPIO**.

18.4 - O **MUNICÍPIO** procederá às retenções devidas de acordo com a legislação pertinente.

18.5 - Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente, devendo o **FORNECEDOR** informar o número do banco, da agência da conta bancária, podendo ainda ocorrer diretamente junto ao órgão **MUNICÍPIO**, ou através de banco credenciado, a critério da Administração.

18.6 - O FORNECEDOR tem direito ao pagamento de correção monetária incidente sobre os valores das parcelas pagas com atraso, imputável exclusivamente ao **MUNICÍPIO**, com base na variação do índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado *pro rata die* desde o dia do vencimento do pagamento, conforme o Calendário de Pagamento, até o dia do seu efetivo pagamento.

18.7 - Os serviços prestados devem ser mantidos caso o atraso de pagamento não seja superior a 90 (noventa) dias, contados da data da liquidação, nos termos do disposto no inciso IV do art. 49 da Lei Municipal n.º 881/2020, sob pena de aplicação das sanções cabíveis na hipótese de seu descumprimento.

19 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 - Ficar impedido de licitar e de contratar com o Município e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores (FOR), pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e na Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

19.1.1 - não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

19.1.2 - não entregar a documentação exigida no edital;

19.1.3 - apresentar documentação falsa;

19.1.4 - não manter a proposta;

19.1.5 - comportar-se de modo inidôneo;

19.1.6 - declarar informações falsas;

19.1.7 - cometer fraude fiscal.

19.2 - O licitante sujeitar-se-á, ainda, as sanções de: advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e declaração de inidoneidade, sendo que a sanção de impedimento descrita no item anterior e declaração de inidoneidade poderão ser cumuladas com multa, sem prejuízo da rescisão do Contrato e do cancelamento da Ata de Registro de Preços.

19.3 - No descumprimento de quaisquer obrigações licitatórias, poderá ser aplicada uma multa indenizatória de até **10%** (dez por cento) do valor total do objeto licitado.

19.4 - A multa, aplicada após regular processo administrativo, será cobrada judicialmente ou extrajudicialmente, a critério do **CONTRATANTE**.

19.5 - Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação.

19.6 - Da aplicação da sanção caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação no DOPA.

19.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal, no Cadastro de Fornecedores do Município, no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante terá seu cadastro cancelado por igual período.

19.8 - As sanções decorrentes da execução do objeto estão previstas no **ANEXO IV - Minuta da Ata de Registro de Preços**.

20 – CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

20.1 - O registro da empresa poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I - pela **MUNICÍPIO**, quando:

a) o **FORNECEDOR** não cumprir as exigências contidas no edital ou ata de registro de preço;

b) o **FORNECEDOR**, injustificadamente, deixar de firmar a Ata decorrente do registro de preço;

c) o **FORNECEDOR** der causa ao cancelamento administrativo, da Ata decorrente do registro de preço, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal n.º 8.666/93, e alterações posteriores;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

e) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93, e alterações posteriores.

II - pelo **FORNECEDOR**, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preço.

20.2 - O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

20.3 - A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor, nos casos previstos no item 17.1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

20.4 - No caso da empresa encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial de Porto Alegre, considerando-se cancelado o registro da empresa, a partir do quinto dia útil, contado da publicação.

20.5 - A solicitação do prestador de serviços para cancelamento do registro de preço, não o desobriga da prestação dos serviços, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser proferida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o envio do pedido contendo toda a documentação comprobatória, facultada à Administração a aplicação das penalidades/sanções previstas no item 16, caso não aceitas as razões do pedido do cancelamento.

20.6 - Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens constantes do registro de preço.

21 – DOS ANEXOS

21.1 - São anexos deste Edital, fazendo parte integrante os seguintes documentos:

21.1.1 – ANEXO I – Documentação Habilitatória;

21.1.1.1 - ANEXO I-A - Modelo de Declaração de Inexistência de Entidade Profissional;

21.1.3 – ANEXO III - Ordem de Serviço nº 003/2021;

21.1.3.1 - ANEXO III.A - Instrução Normativa 003/2021 da Controladoria-Geral do Município;

21.1.4 - ANEXO IV - Modelo de Minuta de Ata de Registro de Preços;

21.1.5 – ANEXO V - Termo de Referência.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 - As normas disciplinadoras deste Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

22.1.1 – A participação nesta licitação implica em concordância tácita, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste edital e das cláusulas contratuais já estabelecidas, bem como o pleno conhecimento do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

22.1.2 - Em caso de divergências entre o EDITAL e o Termo de Referência prevalecerá o EDITAL.

22.2 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.2.1 – A irregularidade que não afete o conteúdo ou idoneidade do documento não constituirá causa de desclassificação.

22.2.2– A ausência de alguma informação em documento exigido poderá ser suprida pelo Pregoeiro, se os dados existirem em outro documento.

22.2.3 – O licitante é responsável, sob as penas da lei, pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação.

22.3 - É facultada ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, conforme previsto nos termos do **artigo 43, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93**.

22.4 – Não serão fornecidas respostas/informações verbalmente, devendo o interessado manifestar-se no próprio site www.portaldecompraspublicas.com.br na forma do Edital.

22.5 – Após a homologação, o resultado final do julgamento do certame será publicado no Diário Oficial de Porto Alegre – DOPA, on line, podendo ser consultados no endereço www.portoalegre.rs.gov.br/dopa

22.6 – A Administração reserva-se o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público, ou anulá-la, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para o recebimento e abertura das propostas, descabendo, em tais casos, qualquer reclamação ou direito à indenização pelos licitantes.

22.6.1 – A anulação do procedimento licitatório induz à da Ata e do contrato.

22.6.2 – Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver, comprovadamente, suportado no cumprimento da Ata e do contrato.

22.7 – É de responsabilidade da empresa interessada a consulta ao Diário Oficial de Porto Alegre, através do site www.portoalegre.rs.gov.br/dopa/ para a verificação da publicação de eventuais alterações feitas no edital até a data da abertura da licitação.

22.8 – Fica eleito o foro da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, para dirimir litígios deste instrumento convocatório.

ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO HABILITATÓRIA

1 - PROCEDIMENTOS PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO HABILITATÓRIA:

1.1 – Os documentos de habilitação exigidos no edital e a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço serão encaminhados, exclusivamente por meio do sistema, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, conforme o **subitem 6.1 do Edital**.

1.2 - Se o licitante arrematante desatender as exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

1.3 - Para licitantes que possuem filiais os documentos apresentados deverão ser do CNPJ cadastrado no site, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para a matriz e todas as filiais.

1.3.1 - A não apresentação de documentação em conformidade com este item resultará na inabilitação do licitante proponente.

1.4 - A verificação do atendimento dos requisitos de habilitação dar-se-á na nos termos do **item 10 do Edital**.

1.5 - Maiores informações sobre o **Certificado de Registro Cadastral (CRC) junto ao Cadastro de Fornecedores do Município de Porto Alegre/RS** e a forma/documentos necessários para se cadastrar estão disponíveis no link <https://prefeitura.poa.br/smapi/cadastro-de-fornecedores>.

2 – Documentos da Habilitação serão os seguintes:

2.1 - Documentos Relativos à:

2.1.1 - Habilitação Jurídica:

2.1.1.1 - Ato constitutivo, contrato social, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, bem como, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;

2.1.1.1.1 - O objeto social da licitante deverá ser compatível com o serviço a ser licitado, caso o objeto social da licitante seja incompatível com o serviço a ser licitado este será considerado inabilitado para a execução dos serviços.

2.1.1.2 – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

2.1.1.3 – No caso de sociedade cooperativa, deverão ser apresentados os seguintes documentos: as atas de fundação, de eleição da diretoria, de aprovação do estatuto social e do regimento interno vigentes, da última assembleia geral ordinária de prestação de contas exigível, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como a certidão de regularidade a ser emitida por entidade de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

2.1.2- Regularidade Fiscal e Trabalhista:

2.1.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

2.1.2.2 – Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

2.1.2.3 – Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CND).

2.1.2.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, abrangendo todos os tributos administrados pelo **ESTADO**, mediante apresentação de certidão(ões) expedida(s) pelo órgão estadual competente.

2.1.2.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, abrangendo todos os tributos administrados pelo **MUNICÍPIO**, mediante apresentação de certidão (ões) expedida(s) pelo órgão municipal competente.

2.1.2.6 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante certificado expedido pela Caixa Econômica Federal.

2.1.2.7 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas da Justiça do Trabalho – Lei Federal nº 12440/11 - Resolução Administrativa TST 1470/2011.

2.1.2.8 - As Microempresa e Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar os documentos, acima mencionados, mesmo que estes apresentem alguma restrição. (Lei Complementar Federal nº 123/06).

2.1.2.8.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por mais 05 (cinco) dias úteis a critério da Administração

Pública.

2.1.2.8.2 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do Artigo 43 da Lei Complementar Federal nº 123/06, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

2.1.3 - Qualificação Técnica:

2.1.3.1 - Atestado(s) de capacidade técnico-operacional: Apresentação de atestado(s) de capacidade técnico-operacional que comprove(m) que a LICITANTE tenha executado, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda para Empresa privada, serviços de características técnicas similares as do objeto da presente licitação, assim considerados:

a) Prestação de serviços, disponibilização e assistência técnica referente às licenças por subscrição do pacote de softwares Adobe Creative Cloud

2.1.3.2 - Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

2.1.3.3 - Registro ou inscrição da Licitante na entidade profissional competente, se houver. Se não houver, deverá ser entregue o **ANEXO I.A - Declaração da Licitante da inexistência de entidade profissional**.

2.1.3.4 - O(s) atestado(s) referidos no item **2.1.3.1** deverá(ão) ser emitido(s) em papel que identifique a pessoa jurídica emissora do atestado. O documento deverá permitir também a perfeita identificação do atestante (responsável pela emissão do atestado), constando nele o nome legível e o cargo do signatário, bem como os meios de contato (telefone, e-mail etc.) para eventual consulta ou diligência.

2.1.4 - Qualificação Econômico-Financeira:

2.1.4.1 - Certidão Negativa de falência, concordatas, recuperações judiciais e extrajudiciais expedidas pelo Distribuidor da sede da empresa.

2.1.4.1.1 - No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

2.1.4.2 – Deverão apresentar Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei (registrado na Junta Comercial, conforme regulamentação do Conselho Federal de Contabilidade), devidamente assinado pelo diretor ou representante legal da empresa e respectivo profissional de contabilidade responsável, regularmente habilitado pelo CRC, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedado a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando, encerrado há mais de três meses da data de apresentação da proposta, conforme **ANEXO III - O.S. 003/2021** da Prefeitura Municipal de Porto Alegre - PMPA, integrante do presente Edital.

2.1.4.3 - Os licitantes que utilizarem a Escrituração Contábil Digital - ECD, através do Sistema Público de Escrituração Digital - Sped deverão apresentar, para fins de habilitação os documentos abaixo:

2.1.4.3.1 - Recibo de entrega de livro digital;

2.1.4.3.2 - Balanço Patrimonial (ativo, passivo e patrimônio líquido);

2.1.4.3.3- Demonstração do Resultado do Exercício;

2.1.4.4 - Para fins de cumprimento da exigência do Art. 31, inc. I, da Lei Federal nº 8.666/93, aplicar-se-á os dispositivos previstos no **ANEXO III - O.S. 003/2021** da Prefeitura Municipal de Porto Alegre - PMPA, integrantes do presente Edital.

2.1.4.4.1 - Deve ser considerada para atendimento das exigências referidas, a tabela que faz referência a COMPRAS E SERVIÇOS do ANEXO I da **O.S. 003/2021- ANEXO III**.

2.1.4.5 – Das Sociedades Anônimas ou Sociedades por Quotas de Responsabilidade LTDA., que adotarem estrutura de S.A. (art. 18, Decreto nº 3708/19), há a impossibilidade de se exigir o balanço patrimonial do último exercício antes do decurso do prazo de quatro meses seguintes ao término deste. Neste caso, poderão apresentar o balanço patrimonial e demonstrativos de resultados do penúltimo exercício social. Fica estabelecido às demais formas societárias regidas pela Lei Comercial, os prazos estabelecidos às empresas que adotarem a estrutura de S.A., conforme exposto acima.

2.1.4.6 - Caso o proponente seja Sociedade Anônima, as demonstrações contábeis deverão ser apresentadas em publicação na Imprensa, ressaltando-se a hipótese prevista no art. 294, inc. III da Lei 6.404/1976. As demais empresas deverão apresentar balanços, certificados por profissional de contabilidade responsável, regularmente habilitado pelo CRC, mencionando expressamente o número do livro "Diário" e folhas em que o balanço se acha regularmente transcrito.

2.1.4.7 - As empresas constituídas há menos de um ano deverão apresentar o Balancete de Verificação, referente aos últimos dois meses anteriores a data de abertura das propostas, conforme **ANEXO III - O.S. 003/2021** da Prefeitura Municipal de Porto Alegre - PMPA, integrante do presente Edital.

2.1.4.8 - As empresas constituídas há menos de dois meses deverão apresentar o Balanço de Abertura, conforme **ANEXO III - O.S. 003/2021** da Prefeitura Municipal de Porto Alegre - PMPA, integrante do presente Edital.

2.2 - DEMAIS DOCUMENTOS EXIGIDOS

2.2.1 – **ANEXO II** – Proposta de Preço;

2.2.2 – **ANEXO I-A** – Modelo de Declaração de Inexistência de Entidade Profissional, caso a licitante não seja sujeita ao registro ou inscrição em entidade profissional competente.

2.3- DEMAIS DISPOSIÇÕES

2.3.1 - Os certificados e certidões emitidos via sistema eletrônico ficarão condicionados à verificação pela Administração, devendo ser certificada pelo servidor nos autos do processo, podendo o licitante apresentar o certificado/certidão já conferido pelo órgão emitente. Neste caso o servidor poderá confirmar quaisquer informações necessárias ou anexar cópia do próprio certificado, emitido via on-line.

2.3.2 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou requisição de documentos em substituição aos exigidos neste Edital.

2.3.3 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de sua emissão.

2.3.4 - As declarações emitidas pelas empresas terão validade de 12 (doze) meses a partir da data de sua emissão.

2.3.5 - As licitantes que não atenderem as exigências para habilitação contidas neste Edital, serão inabilitadas.

2.3.6 - Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

ANEXO I-A
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE ENTIDADE PROFISSIONAL
(MODELO)

(Nome da Licitante), CNPJ nº sediada (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, como interessado na licitação, modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, que **NÃO** possui registro ou inscrição em entidade profissional competente, para a prestação dos serviços objeto desta licitação.

_____, ____ de _____ de 20__.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA EMPRESA

ANEXO II
PROPOSTA DE PREÇO
(MODELO)

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ E INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ENDEREÇO E TELEFONE:

E-MAIL:

INFORMAÇÕES BANCÁRIAS PARA PAGAMENTO: (Banco - Agência - Conta)

2. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação, bem como a Minuta da Ata de Registro de Preços que o integra.

2.1 – Registro de Preços para a prestação dos serviços de natureza comum indicados no item 1.1 do edital, de acordo com as especificações e os detalhes constantes no **ANEXO V– Termo de Referência** – integrante deste Edital.

VALOR GLOBAL DO LOTE: R\$ (.....) (

OBSERVAÇÕES:

- 1) A PROPOSTA DE PREÇO DEVERÁ SER APRESENTADA PELA LICITANTE, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.
- 2) O VALOR ACIMA NÃO PODE SER SUPERIOR AO VALOR INDICADO NA PLANILHA CONSTANTE NO **ANEXO V** DO EDITAL.
- 3) A LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR AS PLANILHAS DE CUSTOS JUNTO DESTA PROPOSTA NA FORMA DO **ITEM 11.1.2** DO EDITAL.
- 4) OS VALORES UNITÁRIOS DA PLANILHA DE CUSTOS APRESENTADA NÃO PODERÃO SER SUPERIORES AOS VALORES DA PLANILHA DE CUSTOS CONSTANTE NO **ANEXO V** DO EDITAL, CONFORME **ITEM 11.1.2.1 DO EDITAL**.

2.1.1 – O valor total proposto deverá ser completo abrangendo todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), mão-de-obra, prestação do serviço, fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, traslado, seguro do pessoal utilizado nos serviços contra riscos de acidente de trabalho, cumprimento de todas as obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária impõe ao empregador e qualquer despesa acessória e/ou necessária, ainda que não especificada neste Edital.

3. O prazo de validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias, da data fixada para a sua apresentação.

4. Informamos que nos comprometemos a assinar a Ata de Registro de Preços e o Contrato (se for o caso) no prazo determinado pelo Município, indicando para esse fim como representante legal desta empresa o(a) **Sr(a)**, **CPF**.....

4.1. Estamos cientes da necessidade de cadastrar o mencionado representante no sistema **SEI** da Prefeitura Municipal de Porto Alegre para assinar os documentos eletronicamente, conforme instruções disponibilizadas em http://sei.procempa.com.br/usuario_externo, devendo tal cadastramento ocorrer a partir da data da HOMOLOGAÇÃO do certame.

5. Declaramos que o endereço do correio eletrônico (e-mail) informado nesta proposta é válido para o recebimento de correspondências e notificações que se fizerem necessárias e estamos cientes que em caso de alteração, o Município deverá ser imediatamente informado do novo e-mail cadastrado.

....., de de

(Nome e assinatura do responsável legal).

(RG)

CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO III**ORDEM DE SERVIÇO Nº 003, DE 21 DE MAIO DE 2021****Dispõe sobre os indicadores da situação econômico-financeira das empresas licitantes da Administração Direta e Indireta.**

Considerando o disposto no artigo 31, inciso I, §§ 1º e 5º, e artigo 118, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, referente à documentação de habilitação quanto à qualificação econômico-financeira das empresas licitantes;

Considerando o disposto no artigo 69, da Lei Federal nº 14.1333/2021, referente à qualificação econômico-financeira das empresas licitantes;

Considerando que a instituição de indicadores padronizados para verificação da situação financeira das referidas empresas, proporcionará aos órgãos encarregados de cadastro e elaboração de processos licitatórios melhores condições de avaliação da situação econômico-financeira das empresas;

Considerando que os processos licitatórios devem ser permeados pelo Princípio da Competitividade, que visa a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, todavia, garantindo a segurança e a eficiência da contratação;

D E T E R M I N O:

Art. 1º A verificação da situação econômico-financeira das empresas licitantes com o Município de Porto Alegre observará o disposto na presente Ordem de Serviço.

Art. 2º Para as aquisições e contratações de obras e serviços de até R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), para verificação de que trata o art. 1º desta Ordem de Serviço será realizado o exame do Balanço Patrimonial e Demonstrativo dos Resultados do último exercício social, nos seguintes indicadores:

I – Índice De Liquidez Corrente (LC);

II – Índice De Liquidez Geral (LG);

III – Solvência Geral (SG);

§ 1º Obterão classificação econômico-financeira as empresas que apresentarem, pelo menos, 2 (dois) dos 3 (três) indicadores iguais ou superiores aos estabelecidos nesta Ordem de Serviço, conforme Anexo.

§ 2º Os licitantes que não obtiverem a classificação econômico-financeira prevista no § 1º deste artigo, deverão comprovar que possuem capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para fins de obtenção da sua classificação econômico-financeira.

§ 3º A qualificação econômico-financeira estabelecida neste artigo também deverá ser exigida nas licitações para o Sistema de Registro de Preços destinados a aquisição de bens e materiais e a prestação de serviços, inclusive de engenharia; independentemente do valor estimado da licitação.

Art. 3º Para aquisições, contratações de obras e serviços cujo valor estimado seja superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), assim como para contratações cujo objeto seja cessação de mão de obra independente de seu valor, a verificação de que trata o art. 1º desta Ordem de Serviço será realizada por meio do exame do Balanço Patrimonial e Demonstrativo dos Resultados do último exercício social, obtendo a classificação econômico-financeira as empresas que atenderem as seguintes condições:

I - Indicadores iguais ou superiores aos estabelecidos nesta Ordem de Serviço, sendo:

a) Índice De Liquidez Corrente (LC);

b) Índice De Liquidez Geral (LG);

c) Solvência Geral (SG);

II - Capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

Parágrafo único. Nas hipóteses do caput deste artigo, salvo para as aquisições, será também exigida a comprovação de Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, deduzidos os insumos dos serviços; **(alterado pela Ordem de Serviço 14, de 28 de dezembro de 2021)**

Art. 4º Para fins de apuração do valor estimado da licitação e verificação da situação econômico-financeira das empresas licitantes, considerar-se-á:

I – o valor total estimado do item ou do lote arrematado pela empresa, quando a licitação tiver mais de um item ou lote de itens em disputa;

II - o valor total estimado, no caso de contratações por prazo determinado;

III – o valor anual estimado, no caso de contratações para a prestação de serviços a serem executados de forma contínua;

Art. 5º Para efeito de controle dos prazos e de validade da qualificação econômico-financeira, os Certificados de Registro Cadastral deverão apresentar a data de vencimento das referidas peças contábeis.

Art. 6º As empresas constituídas há menos de 1 (um) ano apresentarão:

I – para participar em licitações, o Balancete de Verificação referente aos 2 (dois) últimos meses anteriores à data de abertura dos envelopes.

II – para efeito de inscrição no Registro Cadastral, a empresa constituída há menos de 1 (um) ano deverá apresentar o Balancete de Verificação referente ao mês anterior à data de solicitação da inscrição.

Art. 7º As empresas constituídas há menos de 2 (dois) meses, para efeito de inscrição no Registro Cadastral e participação em licitações, apresentarão o Balanço de Abertura.

Art. 8º As formas societárias definidas na Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, estão dispensadas da apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrativos de Resultados quando a licitação tratar de **fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais**.

Parágrafo único. Deverá ser exigida da licitante enquadrado na condição referida no caput, a declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para usufruir do tratamento favorecido estabelecido na Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006.

Art. 9º As empresas fornecedoras de bens que não atingirem os índices estabelecidos para a qualificação econômico-financeira, prevista nos artigos 2º e 3º desta Ordem de serviço, estarão aptas, exclusivamente, para o fornecimento de bens para pronta entrega e para a locação de materiais.

§ 1º Para fins desta Ordem de Serviço, considera-se pronta entrega o fornecimento realizado pela contratada em 1 (uma) única parcela, e efetuado imediatamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o recebimento da nota de empenho ou da ordem de compra.

§ 2º A hipótese prevista no § 1º deste artigo deverá constar expressamente no ato convocatório.

Art. 10. A classificação econômico-financeira instituída nesta Ordem de Serviços poderá ser alterada nos Editais elaborados pela Administração Direta e Indireta do Município de Porto Alegre/RS somente em casos excepcionais, devidamente justificados em razão da peculiaridade do objeto licitado ou em decorrência de regras estabelecidas pelos entes alheios ao Município responsáveis pelo repasse ou financiamento dos recursos para o atendimento da despesa, ainda que parcialmente.

Art. 11. Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Fica revogada a Ordem de Serviço nº 09, de 22 de agosto de 2019;

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE,

Sebastião de Araújo Melo,

Prefeito de Porto Alegre.

ANEXO

EXECUÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA

LC	=	$\frac{AC}{PC}$	igual ou superior a 1
LG	=	$\frac{AC + RLP}{PC + ELP}$	igual ou superior a 1
SG	=	$\frac{A REAL}{PC + ELP}$	igual ou superior a 1,5

COMPRAS E SERVIÇOS

LC	=	$\frac{AC}{PC}$	igual ou superior a 0,8
LG	=	$\frac{AC + RLP}{PC + ELP}$	igual ou superior a 0,8
SG	=	$\frac{A REAL}{PC + ELP}$	igual ou superior a 1,2

LC = avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações a curto prazo.

LG = mede a capacidade da empresa em liquidar suas dívidas a longo prazo.

SG = mede a capacidade financeira da empresa a longo prazo para satisfazer as obrigações assumidas perante terceiros, exigíveis a qualquer prazo.

AC = Ativo Circulante.

PC = Passivo Circulante.

RLP = Realizável a Longo Prazo

ELP = Exigível a Longo Prazo

A REAL = Ativo Total diminuído dos valores não passíveis de conversão em dinheiro (ex.: ativo diferido, despesas pagas antecipadamente).

ANEXO III.A

INSTRUÇÃO NORMATIVA 003/2021 DA CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Estabelece procedimentos para avaliação e fiscalização do Programa de Integridade das Pessoas Jurídicas que contratarem com a Administração Pública, nos Termos da Lei nº 12.827/2021

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que compete à Controladoria-Geral do Município (CGM) fiscalizar o Programa de Integridade das Pessoas Jurídicas que contratarem com a Administração Pública, nos Termos do art. 42 da Lei nº 12.827/2021;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar, no âmbito da Administração Pública Municipal, os procedimentos a serem adotados para avaliação do Programa de Integridade, quanto aos indicadores e parâmetros mínimos necessários para o cumprimento da Lei nº 12.827/2021;

RESOLVE:

Art. 1º Os Programas de Integridade das Pessoas Jurídicas, para fins da aplicação do disposto no art. 33 da Lei nº 12.827, de 06 de maio de 2021, serão avaliados nos Termos desta Instrução Normativa.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Instrução Normativa, será considerada Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte a Pessoa Jurídica que cumprir os requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 3º Para fins de avaliação, a Pessoa Jurídica que já possuir o Programa de Integridade, antes da celebração de relação contratual com o Município de Porto Alegre, deverá apresentar:

I - Relatório de Perfil; e

II - Relatório de Conformidade do programa.

§ 1º Para fins de aplicação do disposto no *caput* deste artigo, considera-se relação contratual inclusive a renovação contratual ou outro Aditivo por prazo igual ou superior ao previsto no § 1º do art. 29 da Lei nº 12.827/2021.

§ 2º O Edital da Licitação, a Minuta do Termo de Renovação ou de outro Aditivo fará constar a exigência dos Relatórios dispostos nos incisos I e II do art. 3º.

§ 3º Na hipótese da Pessoa Jurídica celebrar relação contratual com o Município pela primeira vez e não possuir um Programa de Integridade implementado, deverá apresentar, antes da assinatura do Contrato, Termo de Compromisso, conforme modelo no Anexo III, e nos primeiros 30 dias após a Ordem de Início do Contrato, além do Relatório disposto no inciso I do art. 3º, deverá apresentar Plano de Trabalho compatível com o Relatório de perfil e cronograma de implementação do Programa de Integridade, a ser cumprido em até 12 (doze) meses.

§ 4º A CGM realizará visita durante a implementação do plano disposto no § 3º, a fim de orientar quanto ao sanamento de eventuais inconformidades detectadas, relacionadas ao não atendimento do cronograma de trabalho.

§ 5º Os modelos de Relatórios mencionados nos incisos I e II estão disponíveis na página *web* da Prefeitura de Porto Alegre, por meio do *link* http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smtc/default.php?p_secao=2393.

Art. 4º No Relatório de Perfil, a Pessoa Jurídica deverá informar:

I – a descrição dos setores do mercado em que atua;

II – a estrutura organizacional;

III – o número de funcionários próprios e terceirizados;

IV – os principais clientes, com a composição do faturamento em Contratos públicos e privados;

V – a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) de acordo com o objeto do Contrato;

VI – a participação em outras empresas;

VII – a definição do porte empresarial, de acordo com a Lei Federal nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007; e

VIII – as interações com a administração pública nacional ou estrangeira.

Art. 5º No Relatório de conformidade do programa, a Pessoa Jurídica deverá:

I - informar a estrutura do Programa de Integridade, com:

a) indicação de quais parâmetros previstos nos incisos do *caput* do art. 34, da Lei nº 12.827/2021, foram implementados;

b) descrição de como os parâmetros previstos na alínea “a” foram implementados;

c) explicação da importância da implementação de cada um dos parâmetros previstos na alínea “a”, frente às especificidades da Pessoa Jurídica, para a mitigação de risco de ocorrência de atos lesivos constantes do art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

II - demonstrar o funcionamento do Programa de Integridade na rotina da Pessoa Jurídica, com histórico de dados, indicadores de *compliance* e casos concretos; e

III - demonstrar a atuação do Programa de Integridade na prevenção, detecção e remediação de atos lesivos.

§ 1º A Pessoa Jurídica deverá comprovar suas alegações, devendo zelar pela completude, clareza e organização das informações prestadas.

§ 2º A comprovação pode abranger Documentos Oficiais, correios eletrônicos, cartas, declarações, correspondências, Memorandos, Atas de Reunião, Relatórios, manuais, imagens capturadas da tela de computador, gravações audiovisuais e sonoras, fotografias, ordens de compra, Notas Fiscais, Registros Contábeis ou outros documentos, preferencialmente em meio digital.

Art. 6º A implementação, por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, dos parâmetros de que trata o art. 5º desta Instrução Normativa, bem como o § 2º e o *caput* do art. 34 da Lei nº 12.827/2021, poderá ser efetivada por meio de medidas de integridade mais simples, com menor rigor formal, que demonstrem o comprometimento com a ética e a integridade na condução de suas atividades.

Art. 7º A avaliação do Programa de Integridade, de que trata o § 5º do art. 33 da Lei nº 12.827/2021, deverá levar em consideração as informações prestadas pela Pessoa Jurídica, e sua comprovação, nos Relatórios de perfil e de conformidade do programa.

§ 1º As medidas de integridade implementadas deverão considerar o atendimento dos parâmetros dispostos nesta Instrução Normativa e sua adequação ao perfil da empresa.

§ 2º O cumprimento dos parâmetros adotados pela Pessoa Jurídica será considerado como implementado, quando atingida pontuação igual ou superior a 80 (oitenta) pontos, conforme avaliação estabelecida nos Anexos I e II.

§ 3º A avaliação será disponibilizada à Pessoa Jurídica, que poderá manifestar-se e/ou apresentar documentos complementares que entender necessários, uma única vez, no prazo improrrogável de 04 (quatro) dias, a contar da data do recebimento da avaliação.

§ 4º Findo o prazo estabelecido no § 3º e na ausência de um dos pré-requisitos estabelecidos nos artigos 4º e 5º e, ainda, no não cumprimento dos parâmetros do § 2º, a Pessoa Jurídica deverá apresentar Plano de Implementação.

§ 5º O Programa de Integridade meramente formal e que se mostre absolutamente ineficaz para mitigar o risco de ocorrência de atos lesivos da Lei Federal nº 12.846, de 2013, não será reconhecido, devendo a CGM apresentar as razões pelas quais essa decisão foi adotada.

§ 6º O Plano de Implementação do Programa de Integridade que se mostrar ineficaz ou em constante atraso ao cronograma apresentado, não será certificado, devendo a CGM apresentar as razões pelas quais essa decisão foi adotada.

§ 7º A CGM poderá realizar entrevistas e solicitar novos documentos para fins da avaliação de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 8º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Alegre, 15 de outubro de 2021.

SÍLVIO LUIS DA SILVA ZAGO, Controlador-Geral do Município.

[Anexo I - Planilha de Avaliação Geral](#)

[Anexo II - Planilha de Avaliação ME e EPP](#)

[Anexo III - Termo de Compromisso](#)

ANEXO IV

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, CNPJ nº 92.963.560/0001-60**, neste ato representado pela **DIRETORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**, Sra. **XXXXXXXXXX**, conforme delegação de competência estabelecida no Decreto nº 21.363/2022, aqui denominado simplesmente **MUNICÍPIO** e, de outro lado, a empresa, **CNPJ nº**, tendo sede na, cidade de, aqui denominada simplesmente **FORNECEDOR**, firmam a presente Ata de Registro de Preços referente ao **Pregão Eletrônico para o Sistema de Registro de Preço nº 336/2023**, para a Administração Pública do Município de Porto Alegre, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar Municipal nº 881/2020, a Lei Municipal n. 12.827/2021, Decreto nº 20.587/2020 e Decreto nº 11.555/1996, e de acordo com as especificações e os detalhes constantes no presente instrumento, integrante da presente Ata e consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 - O objeto da presente Ata é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO PARA ACESSO AO PACOTE DE SOFTWARES ADOBE CREATIVE CLOUD**, para atender aos órgãos da Administração Pública Municipal de Porto Alegre.

1.2 - Serão considerados participantes do Sistema de Registro de Preço os órgãos da Administração Pública Municipal Direta, as entidades da Administração Pública Municipal Indireta e o Legislativo Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 - O presente instrumento passará a vigor a partir de sua assinatura, sendo extinto ao final do prazo de validade do registro de preços, que é de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

3.1 - Pela execução dos serviços, objeto do presente, fica registrado, em moeda corrente nacional, o **valor máximo de R\$** (...).

3.1.1 - O preço registrado para a realização dos serviços constantes do item 1.1, será composto conforme **ANEXO A - Planilhas de Custos** desta Ata de Registro de Preço.

3.1.2 - No preço registrado estão incluídos todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, ainda que não especificada neste Edital.

3.2 - A existência de preços registrados não obriga o **MUNICÍPIO** a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie.

3.2.1 - Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao sistema de registro de preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições, de acordo com o art. 5º do Decreto nº 11.555/96.

CLÁUSULA QUARTA – FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

4.1. - A formalização para a execução dos serviços se dará mediante contrato ou, nas hipóteses legais e a critério da administração, nota de empenho.

4.1.1. - Quando a execução do serviço ultrapassar o valor estipulado no art. 62 da Lei Federal 8.666/93, a formalização para a execução dos serviços se dará obrigatoriamente pela assinatura de Contrato Administrativo, indicando o quantitativo e o valor registrado na presente Ata, conforme minuta de contrato presente no **ANEXO B** desta Ata.

4.1.2 - Caso o Contrato celebrado estiver enquadrado nas condições previstas na *caput* e § 1º do art. 29 da Lei Municipal 12.827/2021, a **CONTRATADA** deverá apresentar a comprovação da implementação do Programa de Integridade antes da assinatura do Contrato; podendo apresentar Declaração de Compromisso de Implementação do Programa de Integridade, nos casos previstos no art. 33, § 3º, da Lei Municipal 12.827/2021.

4.2 - Para a formalização da execução do serviço, será exigida a comprovação das condições de habilitação estabelecidas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1.1 – O pagamento será efetuado, após a realização dos serviços e recebimento da respectiva fatura pelo **MUNICÍPIO**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da confirmação de sua execução.

5.1.2 - Considera-se como realização dos serviços, os serviços executados e medidos pela Fiscalização, nos termos e condições do art. 18 e seguintes da Lei Municipal 12.827/2021.

- 5.1.3 – Se o vencimento do prazo para pagamento da fatura ocorrer em feriado, final de semana ou em dia sem expediente na PMPA, este se dará no primeiro dia útil subsequente ao vencido.
- 5.1.4 – Cumprir legislação quanto aos procedimentos de fiscalização da Administração Pública Municipal vigente.
- 5.1.5 - O pagamento somente será liberado mediante apresentação da nota fiscal/fatura de serviços, com a descrição detalhada dos serviços prestados, e devidamente atestados pela fiscalização do órgão competente designado pela secretaria demandante dos serviços, acompanhada de qualquer obrigação acessória e/ou necessária, ainda que não especificada neste Edital.
- 5.2 – A nota fiscal fatura com defeitos ou vícios, ou ainda aquela que não cumprir com a legislação vigente, deverá ser retificada/substituída/complementada, sendo que o prazo de pagamento reiniciará após a regularização, sem quaisquer ônus para a **CONTRATANTE**.
- 5.3 – Por ocasião do pagamento serão procedidas às retenções cabíveis na forma da legislação vigente
- 5.4 – Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente indicada pela **CONTRATADA** juntamente com o número do banco e da agência bancária.
- 5.5 - A **CONTRATADA** tem direito ao pagamento de correção monetária incidente sobre os valores das parcelas pagas com atraso, imputável exclusivamente ao **CONTRATANTE**, com base na variação do índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado *pro rata die* desde o dia do vencimento do pagamento, conforme o Calendário de Pagamento, até o dia do seu efetivo pagamento.
- 5.6 - Os serviços prestados devem ser mantidos caso o atraso de pagamento não seja superior a 90 (noventa) dias, contados da data da liquidação, nos termos do disposto no inciso IV do art. 49 da Lei Municipal n.º 881/2020, sob pena de aplicação das sanções cabíveis na hipótese de seu descumprimento.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO

- 6.1. Não será concedido reajuste dos preços registrados.
- 6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou materiais registrados, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 6.3.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 6.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente fundamentado, não puder cumprir o compromisso, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá:
- 6.4.1. liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 6.4.2. convocar os FORNECEDORES REMANESCENTES, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 6.4.3. Não havendo êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR deverá proceder à revogação, parcial ou integral, da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 6.5. O requerimento deverá ser encaminhado para a Unidade de Registro de Preços - URP da Diretoria de Licitações e Contratos, localizada na Rua Uruguai, nº 277, 11º andar, Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP: 90010-140.
- 6.6. O órgão gerenciador deverá proferir a decisão final em até 60 (sessenta) dias a contar da entrega completa de toda a documentação comprobatória pelo FORNECEDOR.
- 6.7. Não poderá haver interrupção do fornecimento até a decisão final do órgão gerenciador, sob pena das aplicações das sanções previstas neste Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 7.1 - Submeter-se à fiscalização do órgão responsável pelo recebimento do objeto contratado, acatando prontamente as exigências e observações da fiscalização do órgão municipal competente.
- 7.2 - Cumprir os prazos estabelecidos neste instrumento.
- 7.3 - Assumir responsabilidades legais, administrativas e técnicas pela execução do fornecimento dos bens adquiridos pelo **MUNICÍPIO**.
- 7.4 - Pagar todos os tributos devidos, referentes à execução contratual.
- 7.5 - Responsabilizar-se, civil e/ou criminalmente, por todos os atos e omissões que seus empregados direta ou indiretamente, cometerem na área de fornecimento do objeto contratado, indenizando, se for o caso, a parte prejudicada.
- 7.6 - Providenciar as autorizações que se fizerem necessárias às atividades do fornecimento, junto aos órgãos competentes.
- 7.7 - Consultar o órgão fiscalizador, com antecedência, quando houver necessidade de verificação de qualquer situação, a fim de não causar transtorno ou atraso quando da entrega do objeto.
- 7.8 - O **FORNECEDOR**, na execução dos serviços, sem prejuízo das responsabilidades assumidas nesta Ata de Registro de Preços e legais, poderá subcontratar, em parte o objeto da presente Ata de Registro, se for conveniente para a Administração Municipal, mediante prévia e escrita autorização do **MUNICÍPIO**, exceto para os serviços para os quais foi exigida na apresentação de capacidade técnica e condição para assinatura da Ata de Registro de Preços.
- 7.9 - O **FORNECEDOR** obriga-se a reparar, corrigir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto da presente Ata de Registro, quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados.
- 7.10 - Prestar toda assistência para o perfeito andamento dos serviços.
- 7.11 - Prestar os serviços dentro do melhor padrão técnico aplicável no intuito de sua perfeita execução e em atendimento às disposições deste instrumento, ao projeto, às especificações do **MUNICÍPIO**, ao Edital e ao processo licitatório, documentos estes que integram o presente, desde que não conflitem com as suas disposições, sendo que as do **MUNICÍPIO** prevalecerão sobre as do **FORNECEDOR**.
- 7.12 - Encaminhar, obrigatoriamente, junto com a Nota Fiscal / Fatura de prestação de serviço os seguintes documentos:
- 7.12.1 - Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União (CND), Certificado de Regularidade junto ao FGTS e Certidão Negativa de Tributos Municipais e demais obrigações acessórias.
- 7.12.2 - Quando o **FORNECEDOR** for Cooperativa de Trabalho, deverá ser apresentada a comprovação da eleição da Coordenação estabelecida no artigo 7º, § 6º, da Lei nº 12.690/12.
- 7.13 - A Nota Fiscal / Fatura deverá estar obrigatoriamente atestada pelo órgão solicitante dos serviços.
- 7.14 - O **FORNECEDOR** deverá informar imediatamente ao órgão gerenciador, Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio, através da DLC, qualquer ocorrência relevante que implique em mudanças na Ata de Registro.

7.15 - Serão de exclusiva responsabilidade do **FORNECEDOR** todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, contribuições para fiscais e outros que venham a incidir sobre os serviços supracitados;

7.16 - O **FORNECEDOR** deverá apresentar, quando solicitado pelo órgão responsável pelo controle do Sistema de Registro de Preços, Central de Contratos, relatórios para conferência das quantidades e valores utilizados pelos órgãos da Administração Pública Municipal, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a solicitação.

7.17 – Responsabilizar-se pela quantificação e qualificação dos serviços a serem executados.

7.18 – Não contratar empregado para prestar serviços para a contratante que seja familiar de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na contratante, em conformidade com o disposto no artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010.

7.18.1 – Considera-se familiar o cônjuge, ou companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA OITAVA– OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - O órgão responsável pela Ata, Unidade de Registro de Preços - URP/DLC/SMAP, disponibilizará à empresa fornecedora dos serviços a Ata de Registro de Preços;

8.2 - O órgão demandante deverá encaminhar a solicitação de serviços, conforme procedimentos publicados na intranet da SMF, endereço <http://smf-intranet>.

8.3 - O órgão demandante do serviço deverá encaminhar ao FORNECEDOR listagem dos servidores autorizados a solicitar os serviços.

8.4 - Obriga-se o MUNICÍPIO a:

8.4.1 - Atender às solicitações de esclarecimentos do FORNECEDOR;

8.4.2 - Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços contratados, por Representante da Administração, que atestará as Notas Fiscais para fins de pagamento, comprovando a execução dos serviços;

8.4.3 - Notificar o FORNECEDOR, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

8.4.4 - Inspecionar a execução dos serviços e a qualificação do objeto contratado, conforme especificações do ato convocatório;

8.4.5 - Manter registro escrito de todas as ordens de serviços e/ou comunicações entre as partes contratantes a fim de que produzam todos os efeitos;

8.4.6 - Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações da Ata, assim como as demais disposições pertinentes.

8.4.7 - Aplicar ao FORNECEDOR as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA E DOS SERVIÇOS

9.1 – Da Fiscalização da Ata:

9.1.1 A fiscalização da Ata de Registro de Preços será exercida através da Diretoria de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio.

9.1.2 - A fiscalização de que trata o item anterior não isenta o **FORNECEDOR** das responsabilidades estabelecidas pela Ata .

9.1.3 - O fiscalizador deverá observar e fazer cumprir as legislações pertinentes e relativas à matéria.

9.2 – Da Fiscalização dos Serviços:

9.2.1 - A fiscalização dos serviços será exercida, através de servidor autorizado, designado, pelo órgão demandante.

9.2.2 – O fiscalizador deverá observar e fazer cumprir as legislações pertinentes e relativas à matéria.

9.2.3 - O órgão contratante terá pleno poder para Fiscalizar e acompanhar os serviços contratados, diretamente através de sua fiscalização, objetivando:

9.2.3.1 - Sustar a execução de serviços contratados, total ou parcialmente, bem como diligenciar para que sejam aplicadas à empresa as penalidades previstas em cláusula contratual;

9.2.3.2 - Constatar que as solicitações de providências, à empresa, estão sendo cumpridas; e

9.2.3.3 - Quando a **CONTRATADA** for Cooperativa de Trabalho, observar e fazer cumprir a legislação cooperativista, especialmente a Lei Federal nº 5.764, de 1971 e a Lei Federal nº 12.690, de 2012.

9.2.4 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, etc. e na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DEZ – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com o Município e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores do Município (FOR), pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que:

10.1.1 - não mantiver a habilitação exigida no edital;

10.1.2 - apresentar documentação falsa;

10.1.3 - causar o atraso na execução do objeto;

10.1.4 - não mantiver a proposta;

10.1.5 - falhar na execução do contrato;

10.1.6 - fraudar a execução do contrato;

10.1.7- comportar-se de modo inidôneo;

10.1.8 - declarar informações falsas; e

10.1.9 - cometer fraude fiscal.

10.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

10.2.2. **Multa de:**

10.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

10.2.2.2. 0,1% até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

10.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

10.2.2.4. 0,2% (dois décimos por cento) a 3,2% (três vírgula cinco por cento) por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo;

10.2.2.5. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

10.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Contratante pelos prejuízos causados.

10.3. As sanções previstas nos subitens 10.2.1, 10.2.3 e 10.2.4 poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

10.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,2% ao dia sobre o valor global do contrato, até o limite de 1% por fato
02	0,4% ao dia sobre o valor global do contrato, até o limite de 2% por fato
03	0,8% ao dia sobre o valor global do contrato, até o limite de 4% por fato
04	1,6% ao dia sobre o valor global do contrato, até o limite de 8% por fato
05	3,2% ao dia sobre o valor global do contrato, até o limite de 16% por fato
06	4% ao dia sobre o valor global do contrato, até o limite de 20% por fato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Executar os serviços com desídia, caracterizada pela reiteração de conduta sancionada pelo Município com a aplicação de multa correspondente ao grau 03 ou menor, no período de 12 meses anteriores à ocorrência do fato.	04
6	Cometer desídia grave na execução dos serviços, caracterizada pela reiteração de conduta sancionada pelo Município com a aplicação de multa correspondente ao grau 04 ou maior, no período de 12 meses anteriores à ocorrência do fato.	06
Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato o(s) responsável(eis) técnico(s) indicado(s) na licitação;	01

10.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

10.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.6.1. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

10.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da Contratada, o Município ou Ente poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

10.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas assegurará o contraditório e a ampla defesa ao FORNECEDOR, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA ONZE– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

11.1 - O registro do **FORNECEDOR** poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

11.1.1 – Pelo MUNICÍPIO, quando:

11.1.1.1 - O **FORNECEDOR** não cumprir as exigências contidas no edital ou Ata de Registro de Preços;

11.1.1.2 - O **FORNECEDOR**, convocado, não comparecer para assinar o contrato (quando for o caso), não aceitar a nota de empenho ou o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo **MUNICÍPIO**, sem justificativa aceitável;

11.1.1.3 - O **FORNECEDOR** incorrer em um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal n.º 8.666/93, e alterações posteriores;

11.1.1.4 - O **FORNECEDOR** perder alguma das condições de habilitação durante a vigência da ATA;

11.1.1.5 - Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

11.1.1.6 - Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas na forma do inciso XII do art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93, e alterações posteriores.

11.1.2 - Pelo FORNECEDOR, quando:

11.1.2.1 - Mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

11.2 - O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

11.2.1 - O órgão gerenciador deverá proferir a decisão no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o envio do pedido que deverá conter toda a documentação comprobatória.

11.2.2 - Caso não aceitas as razões do pedido de cancelamento, fica facultada à Administração a aplicação das penalidades/sanções previstas.

11.3 - A comunicação do cancelamento do registro do **FORNECEDOR**, nos casos previstos no item 11.1.1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

11.4 - No caso do **FORNECEDOR** encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial de Porto Alegre, considerando-se cancelado o registro do **FORNECEDOR**, a partir do quinto dia útil, contado da publicação.

11.5 - A solicitação do prestador de serviços para cancelamento do registro de preços, não o desobriga do fornecimento da prestação dos serviços, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser proferida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o envio do pedido contendo toda a documentação comprobatória, facultada à Administração a aplicação das penalidades/sanções previstas no edital, caso não aceitas as razões do pedido do cancelamento.

CLÁUSULA DOZE – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 – A Ata de Registro de Preço resultante da presente licitação poderá ser cancelada nos termos dos artigos 77, 78, 79 e 80 da Lei Federal nº 8666/93.

12.1.1 – A Ata de Registro de Preço também poderá ser cancelada nos casos em que se verificar que o **FORNECEDOR** não preenchia ou não mais preenche os requisitos de habilitação.

12.2 – Nas hipóteses legais de cancelamento solicitado pela empresa, esta deverá submeter o seu pedido, necessariamente fundamentado, à apreciação da contratante através de requerimento protocolado e instruído com a documentação comprobatória dos fatos alegados.

12.3 – O cancelamento será precedido de autorização expressa e fundamentada da autoridade competente.

12.4 – O **FORNECEDOR** reconhece os direitos do **MUNICÍPIO** em caso de cancelamento prevista no art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TREZE - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - As despesas decorrentes das contratações correrão por conta das dotações orçamentárias e financeiras próprias dos órgãos da Administração Pública Municipal de Porto Alegre participantes do SRP.

CLÁUSULA QUATORZE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Fica o **FORNECEDOR** vinculado, até o término presente Ata de Registro, às condições do Edital convocatório, seus anexos e a sua proposta, que independentemente de traslado fazem parte integrante deste instrumento

14.2 - Para todos os efeitos legais, visando a exata caracterização do objeto, além de estabelecer procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, bem assim elencar as responsabilidades do **FORNECEDOR**, integram esta Ata de Registro de Preços, como se nele estivessem transcritos, com todos os seus anexos, os seguintes documentos:

14.2.1 - Edital de Pregão Eletrônico nº 336/2023, com todos os seus Anexos;

14.2.2 - Proposta do **FORNECEDOR**;

14.3 - Os documentos referidos na presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a esta Ata de Registro de Preços, definir a sua extensão, as suas obrigações, e, desta forma, reger a execução do objeto.

CLÁUSULA QUINZE – DO FORO

15.1 - Para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos, oriundos da presente Ata de Registro fica eleito o Foro da cidade de Porto Alegre, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

E assim por estarem justos e acertados, é firmada a presente Ata de Registro de Preços, por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do **MUNICÍPIO**.

ANEXO A**PLANILHA DE CUSTOS**

A ser preenchido pela Administração de acordo com a Proposta de preços a ser entregue pelo Contratante.

ANEXO B

MINUTA DE CONTRATO

C O N T R A T O

Contrato que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE** e a **Empresa** (.....), para a prestação de serviços de fornecimento de licenças de uso para acesso ao pacote de softwares Adobe Creative Cloud.

O **MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, CNPJ nº 92.963.560/0001-60**, neste ato representado pelo, conforme delegação de competência estabelecida no Decreto nº 19.932, de 29 de janeiro de 2018, aqui denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa, **CNPJ nº**, tendo sede na, cidade de, legalmente representada pelo(a) sr.(a), aqui denominada **CONTRATADA**, celebram presente **CONTRATO**, advindo do **Pregão Eletrônico nº 336/2023**, em conformidade com a Lei Federal n.º 10.520/02, o Decreto n.º 20.587/20, Lei Complementar Municipal n.º 881/2020, Lei Municipal n. 12.827/2021 e subsidiariamente, a Lei Federal n.º 8.666/93 e demais normas pertinentes a matéria, o qual será regido pelos termos da proposta da **CONTRATADA** e pelo edital e seus anexos, que fazem parte do presente instrumento como se nele estivessem transcritos, e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1 – O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de fornecimento de licenças de uso para acesso ao pacote de softwares Adobe Creative Cloud., para atender à(ao) **Secretaria/Departamento/Empresa/Fundação/Instituto**
- 1.2 – Os serviços serão executados conforme o Termo de Referência que instruiu o processo licitatório do Pregão Eletrônico e as demais condições estabelecidas no edital e na legislação pertinente.
- 1.3 – Quaisquer omissões, incorreções ou discrepâncias eventualmente encontradas pela **CONTRATADA** no decorrer da execução dos serviços, deverão ser comunicadas, por escrito, ao **CONTRATANTE**.
- 1.4 – Nenhuma modificação poderá ser introduzida, sem o consentimento prévio e expresso do **CONTRATANTE**, através do órgão demandante dos serviços.
- 1.5 – O objeto contratual poderá ser acrescido ou reduzido de acordo com o disposto no art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO E VIGÊNCIA

- 2.1 – O prazo de vigência é de 36 (trinta e seis) meses a contar da ASSINATURA do CONTRATO, não podendo ser prorrogado.
- 2.2 – A Ordem de Início dos serviços somente poderá ser entregue após a emissão da nota de empenho e após a publicação do Extrato de Contrato no Diário Oficial de Porto Alegre.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 3.1 – O **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** o valor máximo total de R\$ (...), para os serviços, pelo período contratado, o qual será pago conforme efetiva realização do serviço, conforme planilhas de custos do **ANEXO A** deste Contrato.
 - 3.1.1 – O pagamento será efetuado, após a realização dos serviços e recebimento da respectiva fatura pela **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da confirmação de sua execução.
 - 3.1.2 - Consideram-se efetivamente realizados os serviços executados e atestados pela fiscalização do Contrato.
 - 3.1.3 – Se o vencimento do prazo para pagamento da fatura ocorrer em feriado, final de semana ou em dia sem expediente na PMPA, este se dará no primeiro dia útil subsequente ao vencido.
 - 3.1.4. - O pagamento somente será liberado mediante apresentação da nota fiscal/fatura de serviços, com a descrição detalhada dos serviços prestados, e devidamente atestados pela fiscalização do órgão competente designado pela secretaria demandante dos serviços, acompanhada de qualquer obrigação acessória e/ou necessária, ainda que não especificada neste Edital.
- 3.2 – A nota fiscal fatura com defeitos ou vícios, ou ainda aquela que não cumprir com a legislação vigente, deverá ser retificada/substituída/complementada, sendo que o prazo de pagamento reiniciará após a regularização, sem quaisquer ônus para a **CONTRATANTE**.
- 3.3 – Por ocasião do pagamento serão procedidas às retenções cabíveis na forma da legislação vigente
- 3.4 – Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente indicada pela **CONTRATADA** juntamente com o número do banco e da agência bancária.
- 3.5 - A **CONTRATADA** tem direito ao pagamento de correção monetária incidente sobre os valores das parcelas pagas com atraso, imputável exclusivamente ao **CONTRATANTE**, com base na variação do índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado *pro rata die* desde o dia do vencimento do pagamento, conforme o Calendário de Pagamento, até o dia do seu efetivo pagamento.
- 3.6 - Os serviços prestados devem ser mantidos caso o atraso de pagamento não seja superior a 90 (noventa) dias, contados da data da liquidação, nos termos do disposto no inciso IV do art. 49 da Lei Municipal n.º 881/2020, sob pena de aplicação das sanções cabíveis na hipótese de seu descumprimento.

CLÁUSULA QUARTA – REEQUILIBRIO, REAJUSTE

- 4.1 – A **CONTRATADA** poderá requerer reequilíbrio econômico financeiro à **CONTRATANTE**, conforme artigo 65 da Lei Federal nº 8666/93, durante a vigência do contrato, mediante solicitação formal acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.
- 4.2 – Os valores contratados serão reajustados anualmente pelo IPCA ou, em caso de sua extinção, por índice que o substitua, ficando sua aplicação suspensa por um ano, salvo disciplinamento diverso e cogente oriundo da Lei Federal.
 - 4.2.1 – Na hipótese de concessão do primeiro reajustamento, este será calculado com base na variação do IPCA, Índice de Preços ao Consumidor Amplo, abrangendo o período compreendido entre a data limite para apresentação da proposta e o mês correspondente ao do implemento da anuidade.

4.3 - Os preços dos itens novos (não constantes da proposta original), incluídos em Contrato através de termo aditivo, somente serão reajustados após um ano da data da proposta do termo aditivo, observando-se o índice de reajuste estabelecido no Contrato.

4.4 - Para obtenção dos itens previstos nesta Cláusula, a **CONTRATADA** deverá formalizar, durante a vigência contratual, a solicitação junto ao fiscal do contrato, devendo a referida manifestação ser anexada aos autos do processo licitatório.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – Compete à **CONTRATADA**:

5.1.1 – Prestar os serviços na forma ajustada e dentro do melhor padrão técnico aplicável, no intuito de sua perfeita execução e em atendimento às disposições deste instrumento às especificações do **CONTRATANTE** e a proposta apresentada.

5.1.1.1- Quando da prestação do serviço contratado, caso este não corresponda à especificação exigida no Edital e neste contrato, a **CONTRATADA** deverá providenciar, imediatamente a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo das cominações previstas neste Contrato, no Ato Convocatório e anexos, na Lei 8.666/93 e suas alterações e no Código de Defesa do Consumidor.

5.1.2 – Cumprir as obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e demais documentos, integrantes do presente Contrato;

5.1.2.1 – No cumprimento das obrigações, deverão ser obedecidas as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) e do **ANEXO B - Compromisso de Atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados**.

5.1.3 – Assumir responsabilidades **legais, administrativas e técnicas** pela execução dos serviços.

5.1.4 – Submeter-se à fiscalização do **CONTRATANTE**, através do responsável técnico, designado, pelo órgão demandante dos serviços.

5.1.4.1 - Disponibilizar mensalmente à fiscalização do contrato, por meio de arquivo eletrônico, todas as informações sobre a quantidade e a qualidade do serviço, tais como cronograma dos trabalhos realizados, número de metros quadrados limpos, áreas vigiadas, quantidade de lixo recolhido e atendimentos prestados, conforme as características do objeto licitado, em atendimento ao inciso V do art. 49 da Lei Complementar Municipal n.º 881/2020.

5.1.5 – Acatar prontamente as exigências e observações da fiscalização do órgão municipal competente.

5.1.6 – Prestar as informações solicitadas pelo **CONTRATANTE**, dentro dos prazos estipulados.

5.1.7 – Sanar imediatamente quaisquer irregularidades comunicadas pela fiscalização do Contrato.

5.1.8 – Providenciar as autorizações que se fizerem necessárias às atividades do fornecimento, junto aos órgãos competentes.

5.1.9 – Consultar o órgão fiscalizador, com antecedência, quando houver necessidade de verificação de quaisquer situações, a fim de não causar transtorno ou atraso quanto à prestação de serviço.

5.1.10 – Submeter-se às disposições legais em vigor.

5.1.11 – Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

5.1.12 – A **CONTRATADA** será responsável exclusiva pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

5.1.13 – Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações sociais e trabalhistas junto aos seus empregados, bem como obrigações fiscais decorrentes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório.

5.1.14 – Cumprir com o disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da CF/88, de acordo com a Lei n.º 9854/99, (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos).

5.1.15 – Responsabilizar-se, civil e/ou criminalmente, por todos os atos e omissões que seus empregados direta ou indiretamente, cometerem na área de fornecimento do objeto contratado, indenizando, se for o caso, a parte prejudicada.

5.1.16 – Manter-se durante toda a execução deste contrato em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e às condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.

5.1.17 – Responsabilizar-se pela quantificação e qualificação dos serviços a serem executados.

5.1.18 – Quando a **CONTRATADA** for Cooperativa de Trabalho, deverá ser apresentada a comprovação da eleição da Coordenação estabelecida no artigo 7º, § 6º, da Lei nº 12.690/12.

5.2 – Não contratar empregado para prestar serviços para a contratante que seja familiar de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na contratante, em conformidade com o disposto no artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010.

5.2.1 – Considera-se familiar o cônjuge, ou companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

5.3 – A **CONTRATADA**, na execução dos serviços, sem prejuízo das responsabilidades assumidas neste Contrato e legais, poderá subcontratar, em parte o objeto do presente Contrato, se for conveniente para a Administração Municipal, mediante prévia e escrita autorização do **CONTRATANTE**, exceto para os serviços para os quais foi exigida na apresentação de capacidade técnica e condição para assinatura da Ata de Registro de Preços.

5.4 – A **CONTRATADA** obriga-se a reparar, corrigir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do presente Contrato, quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados.

5.4.1 – A **CONTRATADA** não poderá transferir a terceiros a responsabilidade de que trata o subitem anterior na hipótese de subcontratação.

5.5 - Fica estabelecida a obrigatoriedade de implementação do Programa de Integridade pela **CONTRATADA**, nas hipóteses previstas no *caput* e § 1º do art. 29 da Lei Municipal 12.827/2021.

5.5.1 - A exigência do Programa de Integridade, quando cabível, dar-se-á a partir da celebração do **CONTRATO**, devendo a **CONTRATADA** apresentar, até a data de sua assinatura, o relatório de perfil e relatório de conformidade do Programa por ela instituído.

5.5.2 - A **CONTRATADA** que celebrar relação contratual com o **CONTRATANTE** pela primeira vez durante a vigência da Lei Municipal 12.827/2021, inclusive renovação e outros aditivos, e não houver implementado o Programa de Integridade, deverá apresentar, antes da assinatura do Contrato, Termo de Compromisso, conforme modelo no Anexo III da Instrução Normativa 003/2021, da Controladoria-Geral do Município, e nos primeiros 30 dias após a Ordem de Início do Contrato, além do Relatório disposto no inciso I do art. 3º da Instrução Normativa 003/2021 da Controladoria-Geral do Município, deverá apresentar Plano de Trabalho compatível com o Relatório de perfil e cronograma de implementação do Programa de Integridade, a ser cumprido em até 12 (doze) meses.

5.5.3 - Os custos e as despesas com a implantação e manutenção do Programa de Integridade ficarão a cargo da **CONTRATADA**, não cabendo ao **CONTRATANTE** o seu ressarcimento.

5.5.4 - O Programa de Integridade será avaliado, quanto à sua existência, aplicação e efetividade, pela Controladoria-Geral do Município, na forma estabelecida na Instrução Normativa 003/2021 da Controladoria-Geral do Município, sujeitando-se a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Municipal 12.827/2021, em caso de descumprimento.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 – Compete ao CONTRATANTE:

- 6.1.1 – Emitir, no processo que originou a contratação, a Ordem de Início em formato digital (documento SEI: "Ordem de Início C151"), devidamente preenchida e assinada eletronicamente.
- 6.1.2 - Emitir prévio empenho anteriormente ao início da prestação de serviços da **CONTRATADA**.
- 6.1.3 – Atender as solicitações de esclarecimentos da **CONTRATADA**.
- 6.1.4 – Inspeccionar a execução e a qualificação do objeto contratado, conforme especificações do ato convocatório.
- 6.1.5 – Transmitir, por escrito, todas as ordens de serviços ou comunicações para a **CONTRATADA**, a fim de que produza efeitos.
- 6.1.6 – Efetuar o pagamento no modo e no prazo ajustado;
- 6.1.7 – Fornecer as orientações necessárias para a correta execução dos serviços, através da realização de reuniões, sempre que necessário;
- 6.1.8 – Acompanhar a execução dos serviços contratados e verificar se os mesmos estão de acordo com o cronograma a ser apresentado à **CONTRATADA**;
- 6.1.9 – Decidir sobre casos omissos nas especificações;
- 6.1.10 – Registrar quaisquer deficiências na execução dos serviços, encaminhando cópia para a empresa **CONTRATADA**;
- 6.1.11 – Disponibilizar para a **CONTRATADA**, através da equipe de fiscalização dos serviços, informações e orientações sobre procedimentos a serem adotados.
- 6.1.12 – Fiscalizar o efetivo cumprimento do Programa de Integridade, nas hipóteses em que sua implementação é exigida, quanto à sua existência, aplicação e efetividade, tomando as providências necessárias para a abertura do procedimento sancionatório previsto na Lei Municipal 12.827/2021, em caso de descumprimento.
- 6.1.13 – Providenciar a rescisão do Contrato, quando a **CONTRATADA** deixar de cumprir os prazos e demais exigências necessárias à execução dos serviços, bem como aplicar as medidas cabíveis.
- 6.1.14 – Providenciar a publicação do **Extrato de Contrato** e de seus **Termos Aditivos** no Diário Oficial de Porto Alegre (DOPA) até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus.
- 6.1.15 - É facultado ao **CONTRATANTE**, em qualquer fase do Contrato, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

- 7.1 – A fiscalização do Contrato será exercida, através de responsável técnico designado pelo(a) (**órgão/entidade contratante**).
- 7.2 – A fiscalização deverá observar e fazer cumprir as legislações pertinentes e relativas à matéria, especialmente a Lei Municipal 12.827/2021.
 - 7.2.1 - Compete à fiscalização disponibilizar todas as informações sobre a quantidade e a qualidade do serviço enviadas pela Contratada por meio de arquivos eletrônicos (tais como cronograma dos trabalhos realizados, número de metros quadrados limpos, áreas vigiadas, quantidade de lixo recolhido e atendimentos prestados, conforme as características do objeto contratado) de modo transparente e objetivo, na *internet*, para que a sociedade possa auxiliar no controle e na fiscalização do serviço prestado.
- 7.3 - O órgão contratante terá pleno poder para Fiscalizar e acompanhar os serviços contratados, diretamente através de sua fiscalização, objetivando:
 - 7.3.1 - Sustar a execução de serviços contratados, total ou parcialmente, bem como diligenciar para que sejam aplicadas à empresa as penalidades previstas em cláusula contratual;
 - 7.3.2 - Constatar que as solicitações de providências, à empresa, estão sendo cumpridas; e
 - 7.3.3 - Quando a **CONTRATADA** for Cooperativa de Trabalho, observar e fazer cumprir a legislação cooperativista, especialmente a Lei Federal nº 5.764, de 1971 e a Lei Federal nº 12.690, de 2012.
- 7.4 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, etc. e na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com o Município e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores do Município (FOR), pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que:
 - 8.1.1 - não mantiver a habilitação exigida no edital;
 - 8.1.2 - apresentar documentação falsa;
 - 8.1.3 - causar o atraso na execução do objeto;
 - 8.1.4 - não mantiver a proposta;
 - 8.1.5 - falhar na execução do contrato;
 - 8.1.6 - fraudar a execução do contrato;
 - 8.1.7- comportar-se de modo inidôneo;
 - 8.1.8 - declarar informações falsas; e
 - 8.1.9 - cometer fraude fiscal.
- 8.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:
 - 8.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
 - 8.2.2. **Multa de:**
 - 8.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - 8.2.2.2. 0,1% até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - 8.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - 8.2.2.4. 0,2% (dois décimos por cento) a 4% (quatro por cento) por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo;

8.2.2.5. 0,08% (zero vírgula zero oito por cento) por dia, incidente sobre o valor atualizado do contrato, limitado a 10% (dez por cento) do valor atualizado do contrato, pelo descumprimento das exigências do Programa de Integridade, nos termos do art. 36 e seguintes da Lei Municipal 12.827/2021;

8.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

8.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

8.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Contratante pelos prejuízos causados.

8.3. As sanções previstas nos subitens 8.2.1, 8.2.3 e 8.2.4 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

8.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,2% ao dia sobre o valor global do contrato, até o limite de 1% por fato
02	0,4% ao dia sobre o valor global do contrato, até o limite de 2% por fato
03	0,8% ao dia sobre o valor global do contrato, até o limite de 4% por fato
04	1,6% ao dia sobre o valor global do contrato, até o limite de 8% por fato
05	3,2% ao dia sobre o valor global do contrato, até o limite de 16% por fato
06	4% ao dia sobre o valor global do contrato, até o limite de 20% por fato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Executar os serviços com desídia, caracterizada pela reiteração de conduta sancionada pelo Município com a aplicação de multa correspondente ao grau 03 ou menor, no período de 12 meses anteriores à ocorrência do fato.	04
6	Cometer desídia grave na execução dos serviços, caracterizada pela reiteração de conduta sancionada pelo Município com a aplicação de multa correspondente ao grau 04 ou maior, no período de 12 meses anteriores à ocorrência do fato.	06
Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato o(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) na licitação;	01

8.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

8.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

8.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

8.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

8.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.6.1. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

8.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da Contratada, o Município ou Ente poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

8.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA

9.1 – Para garantia do fiel cumprimento do Contrato a ser firmado, a empresa vencedora deverá, por ocasião da assinatura, prestar garantia equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, com fundamento no artigo 56 da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações;

9.1.1 - A referida garantia será reduzida ao percentual de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do valor total do Contrato, na forma do art. 33, § 5º, da Lei Municipal 12.827/2021, se a CONTRATADA já possuir o Programa de Integridade antes da celebração do presente CONTRATO.

9.2 - A **CONTRATADA** poderá escolher uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; seguro garantia ou fiança bancária.

9.3 - A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá assegurar o pagamento de dívidas trabalhistas, previdenciárias, fundiárias, fiscais, indenização a terceiros, pagamento de multas contratuais, municipais, devidas ou de responsabilidade da **CONTRATADA** em razão da prestação dos serviços objeto do contratado, bem como os prejuízos ao **CONTRATANTE** resultantes da conduta de seus prepostos e contratados.

9.4 - A garantia deverá ser apresentada até a data da assinatura do Contrato.

9.5 - O recolhimento da caução em dinheiro ocorrerá mediante agendamento no Tesouro Municipal/Secretaria Municipal da Fazenda localizado na Rua Siqueira Campos, nº 1300, sala 412, 4º andar. Informações sobre trâmites para garantia em moeda corrente e agendamentos devem ser solicitadas pelo e-mail financeiro@portoalegre.rs.gov.br.

9.6 - A garantia nas demais modalidades deverá ser enviada preferencialmente para o e-mail financeiro@portoalegre.rs.gov.br ou agendado atendimento presencial no mesmo endereço indicado no subitem anterior.

9.7 - Em caso de dúvidas, referentes à garantia, poderão ser esclarecidas pelo e-mail indicado no subitem acima.

9.8 - A garantia prestada pela **CONTRATADA** será liberada ou restituída, mediante solicitação por escrito para a Fiscalização do Contrato, após recebimento definitivo do objeto da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO

10.1 - O Contrato resultante da presente licitação poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77, 78, 79 e 80 da Lei Federal nº 8666/93 e do artigo 38, inciso III, da Lei Municipal 12.827/2021.

10.1.1 - O Contrato também poderá ser rescindido nos casos em que se verificar que a **CONTRATADA** não preenchia ou não mais preenche os requisitos de habilitação.

10.2 - Nas hipóteses legais de rescisão administrativa solicitada pela **CONTRATADA**, esta deverá submeter o seu pedido, necessariamente fundamentado, à apreciação da **CONTRATANTE** através de requerimento protocolado e instruído com a documentação comprobatória dos fatos alegados.

10.3 - A rescisão administrativa será precedida de autorização expressa e fundamentada da autoridade competente.

10.4 - A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** em caso de rescisão prevista no art. 77 da Lei Federal nº 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - A despesa decorrente da contratação, correrá por conta da Dotação Orçamentária da Secretaria **XXXXXXXXXX** sob o(s) código(s) **0000.0000.00.0000.0000.0000. (Classificação Inst. LOA (nº Proj Ativ.)) + Projeto Atividade (PL) + Código despesa (PL)**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - Fica a **CONTRATADA** vinculada, até o término do presente Contrato, às condições do Edital convocatório, seus anexos e a sua proposta, que independentemente de traslado fazem parte integrante deste instrumento

12.2 - Para todos os efeitos legais, visando a exata caracterização do objeto contratual, além de estabelecer procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, bem assim elencar as responsabilidades da **CONTRATADA**, integram este contrato, como se nele estivessem transcritos, com todos os seus anexos, os seguintes documentos:

12.2.1 - Edital de Pregão Eletrônico nº 336/2023, com todos os seus Anexos;

12.2.2 - Proposta da **CONTRATADA**;

12.3 - Os documentos referidos na presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a este contrato, definir a sua extensão, as suas obrigações, e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

13.1 - Para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos oriundos do presente Contrato, fica eleito o Foro da cidade de Porto Alegre, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

E assim, por estarem justos e acordados, é firmado o presente Contrato, por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do **CONTRATANTE**.

ANEXO A

PLANILHA DE CUSTOS

A ser preenchido pela Administração de acordo com a Proposta de preços a ser entregue pelo Contratante.

ANEXO B

COMPROMISSO DE ATENDIMENTO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

1.1. Entende-se por "Dados Pessoais", todos e quaisquer dados ou informações que, individualmente ou em conjunto com outros dados ou nomes, identifiquem ou permitam que um determinado usuário seja identificado, nos termos da Lei 13.709/2018 ("LGPD").

1.2. A **CONTRATADA**, na qualidade de Operadora dos Dados Pessoais, deverá trata-los única e exclusivamente para as finalidades estabelecidas neste instrumento, ou conforme orientação por escrito fornecida pelo **CONTRATANTE**.

1.3. O **CONTRATANTE**, na qualidade de controlador dos Dados Pessoais, observará a legislação aplicável a matéria nas decisões relativas ao tratamento dos Dados Pessoais, sendo totalmente responsável pelo eventual descumprimento das normas legais, quando previamente alertada pela **CONTRATADA**.

1.4. Em caso de descumprimento da LGPD, em decorrência deste CONTRATO ou das orientações fornecidas pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA será solidariamente responsável por eventuais prejuízos sofridos pelo CONTRATANTE.

1.5. Em observância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), a CONTRATADA declara:

- a) tratar e usar os dados a que tem acesso, nos termos legalmente permitidos, em especial recolhendo-os, registrando-os, organizando-os, conservando-os, consultando-os ou transmitindo-os somente nos casos em que houver consentimento inequívoco do CONTRATANTE;
- b) tratar os dados de modo compatível com as finalidades definidas pelo CONTRATANTE;
- c) conservar os dados apenas durante o período necessário à execução das finalidades, garantindo a sua confidencialidade;
- d) implementar as medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de seu tratamento ilícito;
- e) assegurar que os seus empregados e os prestadores de serviços externos contratados, que venham a ter acesso aos dados pessoais no contexto deste contrato, cumpram as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, não cedendo nem divulgando tais dados a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelo CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA exigir que tais indivíduos assinem o Termo de Confidencialidade.

1.6. A CONTRATADA manterá os Dados Pessoais e Informações Confidenciais sob programas de segurança, incluindo a adoção e a aplicação de políticas e procedimentos internos, elaborados para: (a) identificar riscos prováveis e razoáveis para segurança e acessos não autorizados à sua rede; e (b) minimizar riscos de segurança, incluindo avaliação de riscos e testes regulares.

1.7. A CONTRATADA se obriga a comunicar imediatamente o CONTRATANTE quando da ocorrência de qualquer incidente envolvendo os serviços contratados, execução do CONTRATO e os dados e/ou informações disponibilizados pelo CONTRATANTE (e/ou suas próprias informações), tomando de imediato todas as medidas que possam minimizar eventuais perdas e danos causados em razão do incidente, além de adotar todas as medidas técnicas necessárias cessar e solucionar o incidente com a maior brevidade possível.

1.8. O CONTRATANTE possui amplos poderes para fiscalizar e supervisionar o cumprimento das obrigações de que trata esta cláusula, inclusive in loco, na sede da CONTRATADA, desde que, neste caso, avise com antecedência mínima de 48h (quarenta e oito horas), e pode, ainda, a qualquer tempo, exigir os elementos comprobatórios correspondentes.

1.9. A CONTRATADA se compromete a responder todos os questionamentos feitos pelo CONTRATANTE que envolvam dados pessoais repassados e a LGPD, no prazo de 5 dias úteis, sem prejuízos dos demais deveres ajustados neste instrumento".

ANEXO V

Termo de Referência

O Termo de Referência na íntegra se encontra no(s) documento(s) SEI nº 25114530

- Planilha de Custos : 25241581



Documento assinado eletronicamente por **Leticia Novello Cezarotto, Diretor(a)**, em 26/10/2023, às 14:21, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **25943963** e o código CRC **42F75AF2**.

TECNET

A Software Company

2023

14 de novembro



sac@tecnnet.co



www.tecnet.co



Aç. Presidente Castelo Branco
Nº 248, Anexo B
Timbó, Alreu e Lima - PE
53520-020

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PREGÃO ELETRÔNICO N° 336/2023

Recife, 14 de novembro de 2023

CLIENTE: PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

DADOS DA EMPRESA:

RAZÃO SOCIAL: TECNETWORKING SERVICOS E SOLUCOES EM TI LTDA

CNPJ N°: 21.748.841/0001-51

INSCRIÇÃO ESTADUAL N°: Isento

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 10961

ENDEREÇO: AV PRESIDENTE CASTELO BRANCO 249, A, Bairro Timbó

CIDADE: ABREU E LIMA/PE – CEP: 53.520-020

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA (Matriz): Avenida Presidente Castelo Branco,
249, Timbó

CIDADE: Abreu e Lima/PE – CEP: 53520-020

REPRESENTANTE LEGAL.

NOME: ZAIMISON ANTONES RODRIGUES CARTAXO

ESTADO CIVIL: SOLTEIRO

IDENTIDADE: 7908028 SDS/PE CPF: 093.902.504-39

NACIONALIDADE: BRASILEIRO

DADOS BANCÁRIOS:

BANCO DO BRASIL S.A.

AGENCIA: 3503-3

CONTA CORRENTE: 41023-3

PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 336/2023

A empresa **TECNETWORKING SERVICOS E SOLUCOES EM TI LTDA**, estabelecida na **AV PRESIDENTE CASTELO BRANCO 249**, CEP Nº **53.520-020**, Timbó, Abreu e Lima/PE, fone: (81) 3541-4912, inscrita no CNPJ sob o nº: **21.748.841/0001-51**, vem apresentar proposta para os serviços abaixo especificados e de acordo com as condições estabelecidas no edital e seus anexos:

Item	Descrição	Qtd.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE USO DO SOFTWARE ADOBE CREATIVE CLOUD FOR TEAMS ALL APPS POR 36 (TRINTA E SEIS) MESES.	63	Adobe	R\$15.088,00	R\$950.544,00
2	AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE USO DO SOFTWARE ADOBE CREATIVE CLOUD FOR TEAMS ALL APPS POR 12 (DOZE) MESES	45	Adobe	R\$5.099,00	R\$229.455,00
VALOR TOTAL	R\$1.179.999,00	UM MILHÃO E CENTO E SETENTA E NOVE MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS			

COMPOSIÇÃO DE CUSTOS: COMPOSIÇÃO DO VALOR UNITÁRIO(ITEM 1)		
PERCENTUAL	VALOR	
CUSTO DE PRODUÇÃO OU CUSTO DE COMPRA	81,2 %	R\$ 12.251,46
CUSTOS ADMINISTRATIVOS/OPERACIONAIS	0,05 %	R\$ 7,54
CUSTOS TRIBUTÁRIOS	13,5 %	R\$ 2.036,88
LUCRO	5,25 %	R\$ 792,12
VALOR TOTAL UNITÁRIO	15.088,00	

COMPOSIÇÃO DE CUSTOS: COMPOSIÇÃO DO VALOR UNITÁRIO(ITEM 2)		
PERCENTUAL	VALOR	
CUSTO DE PRODUÇÃO OU CUSTO DE COMPRA	82,3 %	R\$ 4.196,48

PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO N° 336/2023

CUSTOS ADMINISTRATIVOS/OPERACIONAIS	0,05 %	R\$ 2,55
CUSTOS TRIBUTÁRIOS	13,5 %	R\$ 688,36
LUCRO	4,15 %	R\$ 211,60
VALOR TOTAL UNITÁRIO	R\$5.099,00	

O prazo de validade de nossa é 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sua emissão.

2.1.1 - O valor total proposto está completo abrangendo todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), mão-de-obra, prestação do serviço, fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, traslado, seguro do pessoal utilizado nos serviços contra riscos de acidente de trabalho, cumprimento de todas as obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária impõe ao empregador e qualquer despesa acessória e/ou necessária, ainda que não especificada neste Edital.

3. O prazo de validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias, da data fixada para a sua apresentação.

4. Informamos que nos comprometemos a assinar a Ata de Registro de Preços e o Contrato (se for o caso) no prazo determinado pelo Município, indicando para esse fim como representante legal desta empresa o(a) Sr(a) ZAIMISON ANTONES RODRIGUES CARTAXO, CPF 093902504-39

4.1. Estamos cientes da necessidade de cadastrar o mencionado representante no sistema SEI da Prefeitura Municipal de Porto Alegre para assinar os documentos eletronicamente, conforme instruções disponibilizadas em <http://sei.pmpa.com.br/usuario-externo>, devendo tal cadastramento ocorrer a partir da data da HOMOLOGAÇÃO do certame.

5. Declaramos que o endereço do correio eletrônico (e -mail) informado nesta proposta é válido para o recebimento de correspondências e notificações que se fizerem necessárias e estamos cientes que em caso de alteração, o Município deverá ser imediatamente informado do novo e-mail cadastrado

Declaramos conhecer e nos submeter integralmente a todas as cláusulas e condições do Edital de Licitação do qual esta proposta é parte integrante.

Os preços mantidos na proposta escrita e naqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances verbais, estão incluídos todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, de transporte, entrega (frete) e outros de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita contratação do objeto da licitação.

Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital. Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Declaro para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor

PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 336/2023

de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

Declaro que a proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa Nº 2 de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP.

Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.

Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.

Declaro sob as penas da Lei, que cumpro a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT

Dados da Empresa:

TECNETWORKING SERVICOS E SOLUCOES EM TI LTDA

CNPJ Nº: 21.748.841/0001-51

INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº: Isento

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 10961

ENDEREÇO: AV PRESIDENTE CASTELO BRANCO 249, ANEXO: B, Bairro Timbó

CIDADE: ABREU E LIMA/PE – CEP: 53.520-020

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Avenida Presidente Castelo Branco, 249, Anexo B, Timbó

CIDADE: Abreu e Lima/PE – CEP: 53520-020

Telefone: (81) 3541-4912

E-mail:GOVERNO@grupotecnet.com.br

Dados do representante legal:

Zaimison Antones Rodrigues Cartaxo

CPF: 093.902.504-39

RG: 7908028 SDS/PE

Estado Civil: Solteiro

Cargo: Representante legal

Atenciosamente,

PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO N° 336/2023

Zaimisson Antones A. Cartaxo
TECNETWORKING SERVICOS E SOLUCOES EM TI LTDA – ME
Zaimison Antones Rodrigues Cartaxo
CPF: 093.902.504-39
RG: 7908028 SDS/PE

Zaimison Antones Rodrigues Cartaxo
Av. Presidente Castelo Branco, 249 Anexo B
Timbó - Abreu e Lima - PE CEP 53520-020
CPF: 093.902.504-39

21.748.841/0001-51
TECNETWORKING SERVIÇOS
E SOLUÇÕES EM TI LTDA - ME
Av. Presidente Castelo Branco, 249
Anexo B - Timbó - Abreu e Lima - PE
CEP 53520-020

TECNET
Documento assinado digitalmente

Assinado de forma digital por
ZAIMISON ANTONES RODRIGUES
CARTAXO:09390250439
Dados: 2023.11.14 11:31:18 -03'00'

Adobe Creative Cloud para equipes



Libere criatividade e colaboração ilimitadas para capacitar o sucesso da sua empresa.

A Adobe Creative Cloud para equipes dá acesso aos melhores aplicativos e serviços de criação em uma plataforma simples, segura e integrada. Agora, suas equipes de criação e de marketing podem criar conteúdo incrível usando aplicativos de nível profissional e ferramentas de design fáceis de usar, como o Adobe Express, aumentar a produtividade de criação com recursos de IA generativa desenvolvidos pelo Adobe Firefly, colaborar perfeitamente e chegar ao sucesso mais rapidamente com fácil acesso a ativos criativos sensacionais e conteúdo de aprendizagem intuitivo. Você ainda conta com gerenciamento de licenças simplificado sobre o software e os ativos para manter a equipe focada na criação de trabalhos impressionantes.

Crie com mais de 20 aplicativos para qualquer tipo de mídia.

Elabore um trabalho de alta qualidade para impressão, Web, vídeo, dispositivos móveis e mídia imersiva usando as versões mais recentes dos aplicativos da Creative Cloud. Use recursos de IA generativa no Adobe Photoshop e no Adobe Illustrator para fazer rapidamente edições e variações nos seus designs usando comandos de texto simples. Com o Adobe Express, você pode usar ativos existentes e criar mais tipos de conteúdo usando modelos projetados para vários tipos de mídia ou iniciar projetos do zero usando comandos de texto.

Descubra maneiras fáceis de colaborar.

Acelere o fluxo de comentários e aprovações enviando links para seus arquivos de design e receba comentários diretamente nos aplicativos da Creative Cloud. Qualquer pessoa pode visualizar e comentar pela Web, mesmo que não tenha uma assinatura paga da Creative Cloud. Exiba com facilidade o histórico de versões de um documento na nuvem ou de um arquivo da Creative Cloud e restaure versões anteriores de até 180 dias. Receba 1 TB de armazenamento por usuário com a opção de unificar o armazenamento de toda a equipe para maior flexibilidade. E aumente a produtividade com os aplicativos que você usa todos os dias graças à integração com o Microsoft Teams, o Microsoft Power BI, o Confluence, o Slack e outras ferramentas empresariais importantes.

Mantenha a consistência de marca.

Ajude a garantir um visual consistente entre todos os ativos da empresa. Compartilhe cores, imagens e outros elementos do seu sistema de criação e controle a edição em todos os aplicativos e dispositivos usando as Bibliotecas da Creative Cloud, disponíveis diretamente no aplicativo da Creative Cloud, bem como no Microsoft Word, no PowerPoint, no Gmail e no Google Workspace. Use a API para integrar totalmente bibliotecas aos seus fluxos de trabalho e tenha acesso flexível aos seus designs e elementos de criação.

Tenha todos os ativos, recursos e ajuda necessários.

Encontre as fontes, as cores, os modelos e os ativos criativos ideais usando o Adobe Fonts, o Adobe Color e o Adobe Stock. A Adobe Creative Cloud Pro Edition para equipes inclui acesso ilimitado aos ativos padrão do Adobe Stock.* Encontre inspiração criativa no Behance e aprenda novas técnicas usando tutoriais interativos. Monte a equipe de criação dos seus sonhos com o Adobe Talent, nosso serviço de publicação de vagas de trabalho. Receba suporte técnico avançado e sessões individuais com especialistas para ajudar a equipe a dominar novas habilidades e fluxos de trabalho de criação. Acesse o conteúdo de ajuda online a qualquer momento ou ligue para uma linha de suporte dedicada com assistência no idioma local durante o horário comercial.

Controle os ativos da sua empresa.

Mantenha a segurança com compartilhamento de controles e permissões de usuário. Além disso, os recursos de retenção de ativos da Creative Cloud proporcionam a você a tranquilidade de saber que os ativos e as bibliotecas estarão protegidos quando houver mudanças na equipe.

Simplifique o gerenciamento de licenças.

O Admin Console online permite que administradores adicionem ou reatribuam licenças a qualquer momento com poucos cliques. A cobrança é atualizada no próximo ciclo de pagamento. Implante aplicativos e atualizações como preferir, de modo centralizado ou permitindo que os membros da equipe os instalem por conta própria conforme necessário. Eles podem começar a baixar e usar os aplicativos imediatamente.

Economize mais.

Garanta a previsibilidade orçamentária e reduza o investimento inicial com uma associação anual ao Value Incentive Plan (VIP), que dá acesso aos aplicativos de criação para desktop da Adobe, além de atualizações exclusivas de recursos sem custo adicional. Escolha a data de aniversário que preferir para a assinatura de acordo com o ciclo orçamentário da organização. Aproveite descontos por volume para 10 licenças ou mais com o VIP.

*O Adobe Stock está disponível como uma compra separada, sem um plano Pro Edition.

O que está incluído na Creative Cloud para equipes

	Componente	Uso
	Aplicativos de desktop	
Fotografia e design	Adobe Photoshop	Edite e componha imagens, use ferramentas 3D, edite vídeos e faça a análise avançada de imagens.
	Adobe Photoshop Lightroom	Edite, organize, armazene e compartilhe suas fotos em qualquer lugar com o serviço de fotos na nuvem.
	Adobe Photoshop Lightroom Classic	Organize, edite e processe em lote fotos digitais com um aplicativo de desktop.
	Adobe Illustrator	Crie gráficos vetoriais e ilustrações para impressão, Web, vídeos e dispositivos móveis.
	Adobe InDesign	Crie layouts profissionais para publicações impressas e digitais.
	Adobe Acrobat Pro	Crie, proteja, assine, colabore e imprima documentos e formulários PDF.
	Adobe InCopy	Capacite autores e designers para trabalho simultâneo no mesmo documento.
	Adobe Bridge	Navegue, organize e pesquise fotos e arquivos de design em um só lugar.
Produção de vídeo e áudio	Adobe Premiere Pro	Edite vídeos com ferramentas de alto desempenho líderes do setor.
	Adobe After Effects	Crie animações cinematográficas e efeitos visuais.
	Adobe Audition	Grave, mixe e restaure áudio para transmissões, vídeos e filmes.
	Adobe Premiere Rush	Crie, edite e compartilhe vídeos online em qualquer lugar.
	Adobe Media Encoder	Produza rapidamente arquivos de vídeo para qualquer tela.
	Adobe Character Animator	Transforme ilustrações 2D em personagens reais e animados.
Design web e móvel	Adobe Express	Faça edições fáceis com um clique e dimensione a criação de conteúdo para mais canais com modelos exclusivos.
	Adobe Dreamweaver	Crie e desenvolva visualmente sites modernos e responsivos.
	Adobe Animate	Crie animações interativas com ferramentas de desenho inovadoras para diversas plataformas.
	Adobe XD	Crie designs e protótipos e compartilhe experiências de usuário envolventes para sites, aplicativos para dispositivos móveis e muito mais.
3D/AR	Adobe Aero	Crie e compartilhe experiências interativas em realidade aumentada.
	Aplicativos para dispositivos móveis	
Foto	Adobe Capture	Transforme qualquer imagem no celular em temas de cores, pincéis, padrões, ilustrações ou texturas.
	Photoshop, Lightroom, Photoshop Express e Photoshop Camera	Traga o potencial da edição digital de imagens para seus dispositivos móveis e sincronize seu trabalho com o Photoshop e o Lightroom no desktop.
Design	Adobe Illustrator, Adobe Fresco* e Adobe Comp	Desenhe, pinte, ilustre e crie layouts nos seus dispositivos móveis.
Vídeo	Adobe Premiere Rush	Crie e compartilhe vídeos online diretamente de dispositivos móveis.
	Serviços principais	
	Aplicativo de desktop da Creative Cloud	Gerencie e acesse aplicativos, serviços e documentos da Creative Cloud com facilidade.
	Bibliotecas da Creative Cloud	Capacidade de salvar, procurar e compartilhar ativos das bibliotecas diretamente nos aplicativos da Creative Cloud.
	Creative Cloud Assets	Armazene, gerencie e compartilhe arquivos com colegas e clientes, mesmo que eles não tenham uma assinatura da Creative Cloud.
	Adobe Fonts	Encontre a fonte ideal para seus designs.
	Adobe Color	Descubra e crie com facilidade gradientes e temas de cores exclusivos e descomplicados, para usar em todos os seus projetos de criação.
	Behance e Adobe Portfolio	Exponha trabalhos de criação, descubra novos artistas e conecte-se com a comunidade criativa.
	Ferramentas e serviços adicionais¹	
	Adobe Firefly	Adicione ou remova objetos, crie variações ou inicie projetos do zero usando comandos de texto simples com IA generativa.
	Adobe Stock ²	Impulsione seus projetos criativos com milhões de fotos, ilustrações e vídeos de alta qualidade com curadoria.
	Coleção do Adobe Substance 3D ³	Crie, capture e pinte materiais em 3D, além de visualizar e renderizar cenas em 3D.
	Recursos empresariais exclusivos da Creative Cloud para equipes	
	Histórico de versões	Visualize e reverta para versões anteriores de documentos na nuvem e arquivos da Creative Cloud por até 180 dias.
	Recuperação de ativos	Transfira com facilidade os arquivos da Creative Cloud de membros da equipe quando eles saírem da organização.
	Armazenamento compartilhado	Combine 1 TB de armazenamento em nuvem de membros individuais da equipe em armazenamento em pool para toda a equipe.
	Ferramentas centralizadas de administração	Gerenciamento e monitoramento de licenças dos planos Todos os Apps e de aplicativo individual em um prático Admin Console online.
	Integrações	Trabalhe no Microsoft Office, Teams e Power BI, Gmail e Google Workspace, Slack e Confluence (Jira).
	Sessões com especialistas	Tenha sessões individuais exclusivas com especialistas em produtos da Adobe para ajudar você com fluxos de trabalho e recursos de criação.
	Suporte técnico	Suporte técnico avançado 24 horas para ajudar nas implantações e manter a produtividade da sua equipe criativa.
	Creative Cloud Packager	Implante aplicativos e atualizações de modo centralizado em toda a organização.
	Adobe Talent	Contrate designers incríveis para sua equipe por meio da maior comunidade criativa do mundo.



Adobe
345 Park Avenue
San Jose, CA 95110-2704
USA
www.adobe.com

¹O Adobe Fresco está disponível para iPhone, iPad e dispositivos Windows sensíveis ao toque e com suporte a canetas digitais. Veja os dispositivos compatíveis em <https://helpx.adobe.com/br/fresco/system-requirements.html>

²O Adobe Stock está incluso na Adobe Creative Cloud Pro Edition para equipes ou disponível como uma compra separada. O Substance 3D está disponível como uma compra separada.

Adobe, o logotipo da Adobe, Acrobat, Adobe Aero, Adobe Audition, Adobe Fresco, Adobe Premiere, Adobe Premiere Rush, Adobe Talent, After Effects, Behance, Creative Cloud, o logotipo da Creative Cloud, Dreamweaver, Adobe Firefly, Illustrator, InCopy, InDesign, Lightroom e Photoshop são marcas registradas ou marcas comerciais da Adobe nos Estados Unidos e/ou outros países. Todas as outras marcas registradas são propriedade de seus respectivos proprietários.

© 2023 Adobe. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. 10/23

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Porto Alegre
DLC - Diretoria de Licitações e Contratos
Pregão Eletrônico - 336/2023

Resultado da Homologação

0001 - AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE USO DO SOFTWARE ADOBE CREATIVE CLOUD FOR TEAMS ALL APPS - Unidade:
Unidade - Valor Referência: 1.189.826,55

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
TECNETWORKING SERVICOS E SOLUCOES EM TI LTDA	N/C	1,00 Unidade	1.179.999,00	1.179.999,00	Homologado em 24/11/2023 15:11:03 Por: Letícia Novello Cezarotto

Letícia Novello Cezarotto

Autoridade Competente



Fabiane Mattos da Costa

De: PMPA/Unidade de Contratos - DLC/SMAP <ucon@portoalegre.rs.gov.br>
Enviado em: sexta-feira, 19 de abril de 2024 13:20
Para: Fabiane Mattos da Costa; ucon@portoalegre.rs.gov.br
Assunto: PMPA - PE 336/2023 - Adesão a Registro de Preços

Prezados,

Informamos que há saldo para a adesão pretendida, entretanto, para emitir a autorização de adesão, é necessário a apresentação de anuência do Fornecedor quanto a adesão pretendida.

Att.
Unidade de Contratos
UCON/DLC/SMAP
Prefeitura Municipal de Porto Alegre

--

This message has been scanned by E.F.A. Project and is believed to be clean.

Não compartilhe seus dados de login. Eles são sua identificação pessoal na rede.



Digite aqui para pesquisar

Esta Pasta

Catálogo de Endereços

Opções



Sair

Responder
Responder a Todos
Encaminhar
Mover
Excluir
Lixo Eletrônico
Fechar

- Caixa de entrada (113)
- Lixo Eletrônico
- Mensagens enviadas
- Mensagens excluídas (17)
- Rascunhos

Clique para exibir todas as pastas

Conflitos

Gerenciar Pastas...

Autorização uso da ata - PE 336/2023
 PMPA/Unidade de Contratos - DLC/SMAP [ucon@portoalegre.rs.gov.br]
Enviado: quarta-feira, 12 de junho de 2024 15:19
Para: Fabiane Mattos da Costa; Rodrigo Almeida Soares
Anexos: [Email_28686617_E_mail_CM~1.pdf \(96 KB\)](#) [Abrir como Página da Web]; [Email_28686691.html \(2 KB\)](#)

Prezados,

Seguimos no aguardo de manifestação, conforme último e-mail remetido - em anexo, referente a utilização da ata do PE 336/2023, conforme solicitado via protocolo virtual, através do processo 24.0.000050121-9.

Att.
 Unidade de Contratos
 UCON/DLC/SMAP
 Prefeitura Municipal de Porto Alegre

--
 This message has been scanned by E.F.A. Project and is believed to be clean.

Não compartilhe seus dados de login. Eles são sua identificação pessoal na rede.



TERMO DE REFERÊNCIA

PROJETO BÁSICO

1. OBJETIVO

AQUISIÇÃO DE FERRAMENTA PROFISSIONAL PARA PRODUÇÃO DE PEÇAS GRÁFICAS E AUDIOVISUAIS, NECESSÁRIAS PARA GARANTIR A CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES ESSENCIAIS DE COMUNICAÇÃO

2. OBJETO

2.1 - Dar acesso a ferramental que permita o desempenho das atividades de produção de peças publicitárias de comunicação interna e externa, bem como a manutenção dos serviços que a Assessoria Especial de Comunicação Social e as demais Unidades Organizacionais disponibilizam atualmente, seja na internet, nas atividades internas de produção de materiais do Gabinete e em outros ambientes.

*1 Aquisição de licença de softwares de edição de imagens e texto – Adobe Creative Cloud para Equipes (Adobe Creative Cloud for Teams All Apps)

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Os programas especificados são fundamentais para a produção, edição e qualificação de conteúdo para divulgar à população as atividades da cidade, das comunidades e de representação desempenhadas pelo mandato, com qualidade, clareza e de forma didática.

3.1. MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1.1. O pacote Adobe nada mais é do que o conjunto de softwares desenvolvidos por empresa privada que oferece recursos que vão de uma ponta a outra, como a criação, edição e pós-produção de vídeos e imagens. A aquisição viabilizará a manipulação de arquivos gerados por estes softwares por vezes recebidos e/ou enviados para instituições externas ou outras unidades da CMPA, garantindo a compatibilidade entre os arquivos intercambiados.

3.1.2. Portanto, em decorrência da necessidade de manutenção dessas licenças e de acordo com as justificativas das unidades, faz-se necessário a aquisição de licenças do pacote Adobe Creative Cloud para Equipes.

3.2. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO

*Atender às demandas do Mandato e da comunidade que já utilizam o pacote atualmente;

*Manutenção da ferramenta já existente em diversos setores da Sociedade;

*Viabilizar a manipulação de arquivos gerados pelos softwares do pacote por vezes recebidos e/ou enviados para instituições externas ou da própria CMPA, garantindo a total compatibilidade entre os arquivos intercambiados;

*Facilidade no seu uso, já que o pacote é de conhecimento e domínio de seus utilizadores.

3.3. CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO EXISTENTE

Softwares Adobe Creative Cloud para Equipes, de modo que poderão ser distribuídos a usuários conforme demanda interna do Gabinete da Vereadora Cláudia Araújo.

A proposta de contratação está alinhada ao Plano Estratégico do Mandato no âmbito da perspectiva “Recursos”.

3.4. CRITÉRIOS AMBIENTAIS ADOTADOS (SUSTENTABILIDADE)

3.4.1. A CONTRATADA deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, observando as recomendações da CMPA de critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento local, observando entre outras: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras. Além disso, os softwares deverão estar em português do Brasil e

conter manual no mesmo idioma português, em formato eletrônico PDF, ou disponível on-line em uma plataforma do fabricante ou entregue impresso.

3.5. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO EMERGENCIAL OU CALAMITOSA QUE JUSTIFIQUE A DISPENSA

3.6. Não se aplica

3.6.1. DOCUMENTO DE APROVAÇÃO DOS PROJETOS DE PESQUISA AOS QUAIS OS BENS SERÃO ALOCADOS

3.6.2. Não se aplica

3.7. RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

3.7.1. Quanto à singularidade: Com relação à singularidade do objeto, é fundamental especificar que os softwares desenvolvidos pelas empresas é o amplamente utilizado pelos profissionais de comunicação, serviços operativos e técnicos da área e transversais a ela, entre eles de documentações variadas e oficiais de âmbito municipal, estadual e federal, limitando o tráfego de documentações e materiais quase que exclusivamente a quem possua licença de uso do referido software. As características dos pacotes dos softwares Adobe, bem como seus requisitos, acessos, portabilidade, estilos e exigências são possíveis somente através da contratação direta dos referidos programas dessa empresa que está particularmente capacitado a prestar o serviço.

3.7.2. Quanto à notória especialização: Sobre a notória especialização, justifica-se tal procedimento com fundamento no inciso II do artigo 25 da Lei nº 8.666/93, em virtude da inviabilidade de competição visto que a contratada tem singularidade com relação ao objeto, uma vez que o produto profissional é incomparável, sendo assim, entende-se configurada a hipótese de contratação mediante Inexigibilidade de licitação.

4. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

4.0.1. O Adobe Creative Cloud é um serviço de assinatura de aplicativos da Adobe que inclui programas populares de criação, editoração e design, como Photoshop, InDesign e Illustrator, além de hospedagem de arquivos e ferramentas para colaboração entre equipes. Saiba o que é e para que serve cada software da Adobe Creative Cloud (Photoshop, Illustrator, InDesign, Audition, Premiere, Bridge, entre outros).

4.0.3. Assim, os dois softwares são ferramentas imprescindíveis na atualidade para a ação parlamentar para passar a mensagem do mandato e sua representação à população de forma mais qualificada.

4.1. DETALHAMENTO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO/ENTREGAS

4.2.1. Para o gerenciamento das assinaturas, deve ser fornecido acesso ao console de administração dos softwares fornecido pela Adobe, assim como todas as assinaturas ficarem vinculadas ao ID da Câmara Municipal de Porto Alegre.

4.2.3. A instalação e atualização dos softwares deve se dar por autoatendimento do usuário, com supervisão da área técnica. Deve permitir total gerenciamento por parte da área técnica de todos os softwares adquiridos, com possibilidade de atribuir, realocar e remover assinaturas de usuários.

5. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Item	Descrição do Objeto	Valor (R\$)		UGR	Fonte (Programa/Ação)	Natureza da Despesa	ID
		Unitário	Total				
Licença	Adobe Creative Cloud para Equipes	4.200,00	1		QBM	Software de Edição	
Global		4.200,00			----		

6. RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. Os softwares deverão ser disponibilizados para download em até 03 dias úteis após a assinatura do contrato.

7. UNIDADE DE MEDIDA DO OBJETO

7.1. A ser debitado da Quota Básica Mensal do vereador Prof. Alex Fraga mês de abril de 2024.

8. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (REFERENCIAL)

8.1.

Item	Descrição do Item (Objeto)	CATMAT/CATSER	Quantidade	Unidade de Medida	Valor (R\$)	
					Unitário	Total
Licença	Software de edição de imagens e texto – Adobe Creative Cloud para Equipes		4 acessos	Anual	4.200,00	4.200,00
Global						4.200,00

8.2. A pesquisa de preço será realizada pela unidade cometende da CMPA.

9. VIGÊNCIA CONTRATUAL

9.1. Assinatura por 1 ano, renovável por igual período.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Obrigações Gerais	Grau de Penalidade em Caso de Descumprimento
10.1. A contratada deverá fornecer o produto conforme solicitado, cumprindo com todas as obrigações legais e contratuais. Também deverá apresentar certificado de capacidade técnica, relacionado ao fornecimento de licenças de softwares Adobe.	Rescisão do Contrato
10.2. A contratada deverá fornecer certificado de registro do direito de uso das licenças no site do fabricante pelo período mínimo de 12 (doze) meses, renovados por mais 12 (doze) meses;	Rescisão do Contrato
10.3. O serviço de atualização dos softwares que compõem o pacote Adobe Creative Cloud será prestado dentro do período de vigência das licenças e consiste no fornecimento para o Gabinete da Vereadora de todas as versões, features, releases, fixes e service packs, de forma a manter a solução permanentemente atualizada, bem como, no fornecimento de manuais e boletins técnicos com informações que assegurem a plena utilização dos produtos licenciados sem custo adicional para a CMPA.	Rescisão do Contrato

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. A contratante deverá fiscalizar o cumprimento do contrato e a correta entrega dos softwares, adimplindo com suas obrigações contratuais.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)

12.1. Conforme estabelecido no art. 86 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

13. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

13.1. Diretoria Geral e Setor de Informática da Câmara Municipal de Porto Alegre.

14. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTOS À CONTRATADA

14.1. Quota Básica Mensal do Gabinete do vereador Prof. Alex Fraga mês de abril de 2024.

15. QUALIFICAÇÕES

15.1. A qualificação dos proponentes deve ser realizada de acordo com o estabelecido no art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

15.2. A qualificação dos proponentes está de acordo com o estabelecido no art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, habilitando-os quanto a: I - habilitação jurídica; II - qualificação técnica; III - qualificação econômico- financeira; e IV – regularidade fiscal e trabalhista;

15.4. Considerando as justificativas das áreas questionadas sobre a necessidade das assinaturas das licenças, e levando-se em conta a perspectiva de aproveitamento de arquivos para produção, criação, edição, envio e recebimento de arquivos produzidos por outros diversos profissionais e áreas externas, especializados na produção e pós produção de conteúdo multimídia e a padronização das informações ora distribuídas em formatos amplamente utilizados pelo mercado, entende-se que o conjunto de softwares aplicativos Adobe Creative Cloud é a solução proposta para atendimento das necessidades do Mandato.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1. A assinatura começa assim que o pagamento inicial é processado e será renovada automaticamente todos os anos sem aviso prévio até o cancelamento. A CMPA, no ato da contratação, autoriza a empresa a armazenar os métodos de pagamento e usá-los para realizar a cobrança automática anualmente até o cancelamento. Cobraremos automaticamente a taxa atual do seu plano, mais os impostos aplicáveis (como IVA ou ICMS, caso não tenham sido incluídos), mensalmente do seu contrato anual após a renovação, até o cancelamento.

16.3. A alteração da taxa do plano durante a vigência de cada renovação anual será feita através de notificação, bem como sobre qualquer alteração na taxa com a opção de cancelar. Se a taxa de IVA ou ICMS aplicável (ou outros impostos ou encargos incluídos) for alterada durante o período de um ano, o preço com imposto incluso será ajustado conforme necessário no plano em médio prazo na próxima data de faturamento.

17. SIGILO

17.1. Sujeito ao seu cumprimento dos Termos e da lei aplicável e será concedido por meio deste instrumento, o direito não exclusivo, limitado e revogável de instalar, acessar e utilizar os Serviços e Software que a Adobe disponibiliza e que são licenciados.

17.3. As versões dos Serviços e do Software disponíveis na data de renovação poderão ser diferentes das versões disponíveis na primeira compra de licenças da Adobe. As versões dos Serviços e dos Softwares às quais a Adobe oferece suporte podem ser encontradas aqui.

17.5. A Adobe e seus licenciados são os únicos proprietários de todos os direitos, títulos e interesses nos Serviços e Software. Exceto como indicado nos Termos, não é concedido nenhum direito sobre patentes, direitos autorais, segredos comerciais, marcas registradas ou quaisquer outros direitos em relação aos itens nos Serviços ou Software.

17.7. Conteúdo Gerado pelo Usuário não é hospedado pelo software e ele não é pelo conteúdo gerado pelos usuários.

18. RESCISÃO CONTRATUAL

18.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

18.2. A assinatura poderá ser cancelada a qualquer momento entrando em contato com o Suporte ao cliente. Caso o cancelamento seja feito dentro de 14 dias após o pedido, o valor será totalmente restituído. Caso o cancelamento seja feito após 14 dias, haverá cobrança de uma única parcela de 50% de suas obrigações contratuais restantes e o serviço continuará até o fim do período de cobrança do mês.

18.4. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

19.1. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado.

20.1. A celebração do contrato está a cargo da Diretoria Geral da Câmara Municipal de Porto Alegre e o Setor de Informática dessa Casa Legislativa.

21.1. ANEXO I - Projeto Básico Aquisição de Licença de Software (SEI nº 161.00109/2023-71).

21.4. ANEXO II - Orçamento Aquisição de Licença por 1 ano do Software Adobe Creative Cloud para Equipes.

O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro no art. 6º, inciso IX, da Lei nº

8.666/1993 e art. 15 da IN nº 02/2008-SLTI/MPOG, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.



Documento assinado eletronicamente por **Alexsander Fraga da Silva, Vereador(a), voto SIM**, em 24/04/2024, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0735726** e o código CRC **43C5BF72**.



DESPACHO - DG

À DPF:

Com vistas à SCOM,

Para verificar se existe licença disponível ou ata de registro de preços que possa ser utilizada para disponibilização da ferramenta solicitada pelo GVPAF.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Gerson Mena Barreto Silva, Coordenador(a) da Assessoria Administrativa**, em 25/04/2024, às 08:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0735770** e o código CRC **DFE1C98B**.



DESPACHO - DPF

Levando em consideração a demanda apresentada (0735726), encaminho de ordem às unidades competentes desta Diretoria para:

1. À Seção de Despesas e Finanças, para informar saldo e dotação orçamentária, bem como indicar se há conformidade com a LDO, LOA e PPA; e
2. Ao Serviço de Planejamento e Acompanhamento de Contratações, para instruir a presente contratação.



Documento assinado eletronicamente por **Camila de Moura Pereira, Assistente Legislativo**, em 25/04/2024, às 08:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0735783** e o código CRC **AE3550B5**.



Ano Base: 2024

Unidade Gestora		200100	CÂMARA MUNICIPAL										
Gestão		00003	GESTÃO PRÓPRIA										
Mês Referência		Abril		Tipo Demonstração	Execução								
Grupo Despesa		33 Outras Despesas Correntes		Subação	002003 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÕES E GEOPROCESSAMENTO - CM		Elemento Despesa	40 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica					
Células Orçamentárias	Dotação Inicial	Atualizado	Pré-Empenhado	Empenhado	Disponível	Liquidado	Pago	A Liquidar	A Pagar	%			
Total	7.000.000,00 D	7.000.000,00 D		3.671.632,54 C	3.328.367,46 C	570.823,40 C	558.798,40 C	3.100.809,14 C	12.025,00 C	68,59			
00100 002003 1.500.001.000 33.90.40	7.000.000,00 D	7.000.000,00 D			3.328.367,46 C								
00100 002003 1.500.001.001 33.90.40				3.671.632,54 C	0,00	570.823,40 C	558.798,40 C	3.100.809,14 C	12.025,00 C				



DESPACHO - SDF

À DPF:

Compatibilização com as leis orçamentárias (art. 18, Lei n. 14.133/2021)

A compatibilização da contratação pretendida com o planejamento orçamentário desta Câmara Municipal se dá por meio do seguinte encadeamento:

Programa do PPA 2022-2025: Programa 192 – Câmara Municipal

Ação do PPA 2022-2025: Ação 3934 – Tecnologia da Informação, Comunicações e Geoprocessamento

Ação priorizada na LDO 2024: TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÕES E GEOPROCESSAMENTO

Projeto/atividade da LOA 2024: Projeto 2003 – Tecnologias da Informação, Comunicações e Geoprocessamento – CM

PPA 2022 – 2025:

[LEI Nº 12.865, DE 3 DE SETEMBRO DE 2021.](#)

Lista de programas e ações PPA 2022 – 2025, conforme Anexo V – Demonstrativo do Programa e das Ações do Poder Legislativo:

[LEI Nº 12.865, DE 3 DE SETEMBRO DE 2021 - ANEXOS](#) (p. 215 do documento/p. 211 do arquivo digital)

LDO 2024:

[LEI Nº 13.700, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023.](#)

Lista de ações do PPA/2022-2025 priorizadas pela LDO/2024:

[LEI Nº 13.700, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023 – ANEXO I – METAS E PRIORIDADES.](#) (p. 7)

Alterações promovidas pela LDO/2024 no Programa 192 – Câmara Municipal do PPA/2022-2025

[LEI Nº 13.700, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023 – ANEXO VI – PROGRAMAS, AÇÕES E ATRIBUTOS INCLUÍDOS, ALTERADOS OU EXCLUÍDOS NO PLANO PLURIANUAL 2022-2025 E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2024.](#) (p. 14)

LOA 2024:

[LEI Nº 13.775, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023.](#)

Órgão: 100 Câmara Municipal

Unidade Orçamentária: 100 Câmara Municipal

Fonte de Recurso Livre: 1.500.001.000 – Recurso Livre Adm Direta - Impostos E Transferências

Lista de projetos e atividades da LOA 2024

[LEI Nº 13.775, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023 - ANEXOS](#) (p. 366 do documento/p. 363 do arquivo digital)

Alterações promovidas pela LOA/2024 nas metas e prioridades da LDO/2024:

[LEI Nº 13.775, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023 - ANEXOS](#) (p. 9 do documento/p. 6 do arquivo digital)

Ainda, informo que, no caso da efetivação da despesa, a mesma deverá utilizar o código de despesa 33904006 - Projeto 2003 – Tecnologias da Informação, Comunicações e Geoprocessamento – CM, subação 2003.



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Ferreira Sebben, Chefe de Seção**, em 25/04/2024, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0736406** e o código CRC **60BA235E**.



REQUERIMENTO PADRÃO - SEI

REQUERENTE Câmara Municipal de Porto Alegre - Servidora Fabiane Mattos da Costa			
PROFISSÃO Servidora Pública Municipal			
E-MAIL fabianemc@camarapoa.rs.gov.br			
ENDEREÇO RESIDENCIAL / DOMICÍLIO		Nº	AP. OU SALA
BAIRRO	CIDADE	TELEFONES (51)992028930	
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA Avenida Loureiro da Silva		Nº 255	AP. OU SALA 131
BAIRRO Centro Histórico	CIDADE Município de Porto Alegre	TELEFONES (51)3220-4314	

PREENCHER SOMENTE SE FOR SERVIDOR MUNICIPAL		
MATRÍCULA	CARGO / FUNÇÃO	ORGAO DE LOTAÇÃO
77499.9	Assistente Legislativa III	Serviço de Planejamento e Acompanhamento de Licitações

Vem requerer a V. Exa. Sr. Prefeito Municipal de Porto Alegre

Prezados, boa-tarde!

Solicitamos autorização para uso da Ata de Registro de Preços nº 26419681/2023, Processo Administrativo 23.0.000067684-5, PE 336/2023, para aquisição de 2 unidades do item 1 – Aquisição de licenças de uso do software Adobe Creative Cloud for Teams All Apps por 12 (doze) meses. Marca Adobe. –, com valor unitário de R\$ 5.099,00 e total de R\$ 10.198,00.

Atenciosamente.

NESTES TERMOS, PEDE DEFERIMENTO.
PORTO ALEGRE, 20 DE junho DE 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br FABIANE MATTOS DA COSTA
Data: 20/06/2024 17:21:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

REQUERENTE OU REPRESENTANTE

Protocolo Virtual SMAP

Bem vindo(a) ao Protocolo Virtual! Através dessa plataforma é possível protocolizar documentos, realizando a abertura de processo eletrônico através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Atenção! Somente algumas demandas serão atendidas por este protocolo, portanto, o primeiro contato deve ser estabelecido por intermédio do telefone 156. Se for constatada a necessidade de encaminhamento via processo administrativo, o requerente deverá preencher os campos abaixo, anexando a documentação necessária.

Confira o [manual de utilização do Protocolo Virtual](#)

Para solicitar cópias e pesquisas de documentos sob guarda do Arquivo Municipal (projetos arquitetônicos, processos físicos e publicações), clique [AQUI](#).

(*) campos obrigatórios

DADOS DO REQUERENTE

Nome ou Razão Social *

Câmara Municipal de Porto Alegre

CPF/CNPJ *

89.522.437/0001-07

Telefone (com DDD)

(51) 99202-8930

E-mail *

fabianemc@camarapoa.rs.gov.br

Responsável para contato

Fabiane Mattos da Costa

ENDEREÇO

Logradouro*

Número*

Avenida Loureiro da Silva

255

Complemento

Bairro*

Sala 131

Centro Histórico

Cep*

Cidade*

Estado*

90013-901

Porto Alegre

Rio Grande do Sul

DADOS DA SOLICITAÇÃO

Atenção: Para abertura do processo, é necessário incluir o requerimento assinado e digitalizado. [Clique aqui para baixar*](#).

*Caso não consiga baixar o documento no Google Chrome, recomendamos copiar o link e abrir em outra aba ou utilizar outro navegador (Firefox, Edge, Opera, etc.).

Tipo de processo*

CONTRATAÇÃO - Adesão ao Registro de Preço

Visualizar lista de públicos-alvos

Requerimento ? *

Ata de Registro de Preços ? *

Formatos aceitos: PDF, JPG

Tamanho máximo de arquivo: 5MB

Quantidade máxima de arquivos: 1

Requerimento Assinado.pdf

Formatos aceitos: PDF

Tamanho máximo de arquivo: 1MB

Quantidade máxima de arquivos: 1

ATA SRP PMPA.pdf

Documentação

Formatos aceitos: PDF, JPG

Tamanho máximo de arquivo: 5MB

Quantidade máxima de arquivos: 5

Arraste o arquivo para cá ou [selecione](#)

Salvar

✕ Cancelar



Prefeitura de Porto Alegre
Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio
Equipe de Protocolo e Arquivo

Em caso de dúvidas entre em contato conosco:

E-mail: smapea@portoalegre.rs.gov.br

Telefones: (51) 3289.1372 e (51) 3289.1692

Os dados pessoais coletados nesta página deverão atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas e atribuições legais pela PMPA, nos termos do Cap. IV, da Lei Federal nº 13.709/2018, respeitos os princípios de proteção de dados pessoais elencados no Art. 6º desta Lei.

Protocolo Virtual SMAP

Solicitação enviada com sucesso!

Sua solicitação de abertura de processo eletrônico através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) foi enviada. Nos próximos minutos você receberá atualizações sobre o processo gerado no email indicado anteriormente (fabianemc@camarapoa.rs.gov.br).

Possíveis erros durante a abertura do processo também serão informados pelo email.

[← Voltar](#)



Prefeitura de Porto Alegre
Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio
Equipe de Protocolo e Arquivo

Em caso de dúvidas entre em contato conosco:

E-mail: smapea@portoalegre.rs.gov.br

Telefones: (51) 3289.1372 e (51) 3289.1692

Os dados pessoais coletados nesta página deverão atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas e atribuições legais pela PMPA, nos termos do Cap. IV, da Lei Federal nº 13.709/2018, respeitos os princípios de proteção de dados pessoais elencados no Art. 6º desta Lei.



Digite aqui para pesquisar

Esta Pasta



Catálogo de Endereços

Opções



Sair

Email



Responder

Responder a Todos

Encaminhar

Mover

Excluir

Lixo Eletrônico

Fechar



- Caixa de entrada (138)
- Lixo Eletrônico
- Mensagens enviadas
- Mensagens excluídas (20)
- Rascunhos

Clique para exibir todas as pastas

Conflitos

Gerenciar Pastas...

Solicitação 24.0.000070475-6

noreply@procempa.com.br [noreply@procempa.com.br]

Enviado: quinta-feira, 20 de junho de 2024 17:26

Para: Fabiane Mattos da Costa

Solicitação enviada com sucesso!

Foi gerado protocolo SEI 24.0.000070475-6

Informamos que o requerente poderá ser convocado a qualquer momento para apresentação dos documentos originais, ficando sob sua responsabilidade preservar os mesmos para fins de comprovação.

Guarde o link a seguir para acompanhar seu processo:

https://sei.procempa.com.br/sei/processo_acesso_externo_consulta.php?id_acesso_externo=1272544&infra_hash=35f2a184c875038be9e9b8d879d626c2

Equipe de Protocolo e Arquivo Divisão de Gestão Documental Secretaria

Municipal de Administração e Patrimônio (51) 3289.1372 / 3289.1692

e-mail: smapea@portoalegre.rs.gov.br Instagram: @siarqportoalegre

--

This message has been scanned for viruses and dangerous content by **E.F.A. Project**, and is believed to be clean.

Não compartilhe seus dados de login. Eles são sua identificação pessoal na rede.



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901

CNPJ: 89.522.437/0001-07

Telefone: - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

PLANO DE TRABALHO



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901

Telefone: - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

PROJETO BÁSICO

Processo nº 161.00109/2023-71

1. OBJETIVO

AQUISIÇÃO DE FERRAMENTA PROFISSIONAL PARA PRODUÇÃO DE PEÇAS GRÁFICAS E AUDIOVISUAIS, NECESSÁRIAS PARA GARANTIR A CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES ESSENCIAIS DE COMUNICAÇÃO

3. OBJETO

Dar acesso a ferramental que permita o desempenho das atividades de produção de peças publicitárias de comunicação interna e externa, bem como a manutenção dos serviços que a Assessoria Especial de Comunicação Social e as demais Unidades Organizacionais disponibilizam atualmente, seja na internet, nas atividades internas de produção de materiais do Gabinete e em outros ambientes.

*1 Aquisição de licença de softwares de edição de imagens e texto – Adobe Creative Cloud para Equipes (Adobe Creative Cloud for Teams All Apps)

4.1.

5. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Os programas especificados são fundamentais para a produção, edição e qualificação de conteúdo para divulgar à população as atividades da cidade, das comunidades e de representação desempenhadas pelo mandato, com qualidade, clareza e de forma didática.

6.1. MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

6.2.1. O pacote Adobe nada mais é do que o conjunto de softwares desenvolvidos por empresa privada que oferece recursos que vão de uma ponta a outra, como a criação, edição e pós-produção de vídeos e imagens. A aquisição viabilizará a manipulação de arquivos gerados por estes softwares por vezes recebidos e/ou enviados para instituições externas ou outras unidades da CMPA, garantindo a compatibilidade entre os arquivos intercambiados.

6.2.3. Portanto, em decorrência da necessidade de manutenção dessas licenças e de acordo com as justificativas das unidades, faz-se necessário a aquisição de licenças do pacote Adobe Creative Cloud para Equipes.

6.3. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO

*Atender às demandas do Mandato e da comunidade que já utilizam o pacote atualmente;

*Manutenção da ferramenta já existente em diversos setores da Sociedade;

*Viabilizar a manipulação de arquivos gerados pelos softwares do pacote por vezes recebidos e/ou enviados para instituições externas ou da própria CMPA, garantindo a total compatibilidade entre os arquivos intercambiados;

*Facilidade no seu uso, já que o pacote é de conhecimento e domínio de seus utilizadores.

6.5. CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO EXISTENTE

Softwares Adobe Creative Cloud para Equipes, de modo que poderão ser distribuídos a usuários conforme demanda interna do Gabinete da Vereadora Cláudia Araújo.

A proposta de contratação está alinhada ao Plano Estratégico do Mandato no âmbito da perspectiva "Recursos".

6.7. CRITÉRIOS AMBIENTAIS ADOTADOS (SUSTENTABILIDADE)

6.8.1. A CONTRATADA deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, observando as recomendações da CMPA de critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento local, observando entre outras: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras. Além disso, os softwares deverão estar em português do Brasil e conter manual no mesmo idioma português, em formato eletrônico PDF, ou disponível on-line em uma plataforma do fabricante ou entregue impresso

6.9. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO EMERGENCIAL OU CALAMITOSA QUE JUSTIFIQUE A DISPENSA

6.11. Não se aplica

6.12.1. DOCUMENTO DE APROVAÇÃO DOS PROJETOS DE PESQUISA AOS QUAIS OS BENS SERÃO ALOCADOS

6.12.3. Não se aplica

6.13. RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

6.14.1. **Quanto à singularidade:** Com relação à singularidade do objeto, é fundamental especificar que os softwares desenvolvidos pelas empresas é o amplamente utilizado pelos profissionais de comunicação, serviços operativos e técnicos da área e transversais a ela, entre eles de documentações variadas e oficiais de âmbito municipal, estadual e federal, limitando o tráfego de documentações e materiais quase que exclusivamente a quem possua licença de uso do referido software. As características dos pacotes dos softwares Adobe, bem como seus requisitos, acessos, portabilidade, estilos e exigências são possíveis somente através da contratação direta dos referidos programas dessa empresa que está particularmente capacitado a prestar o serviço.

6.14.3. **Quanto à notória especialização:** Sobre a notória especialização, justifica-se tal procedimento com fundamento no inciso II do artigo 25 da Lei nº 8.666/93, em virtude da inviabilidade de competição visto que a contratada tem singularidade com relação ao objeto, uma vez que o produto profissional é incomparável, sendo assim, entende-se configurada a hipótese de contratação mediante Inexigibilidade de licitação.

7. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

8.0.1. O Adobe Creative Cloud é um serviço de assinatura de aplicativos da Adobe que inclui programas populares de criação, editoração e design, como Photoshop, InDesign e Illustrator, além de hospedagem de arquivos e ferramentas para colaboração entre equipes. Saiba o que é e para que serve cada software da Adobe Creative Cloud (Photoshop, Illustrator, InDesign, Audition, Premiere, Bridge, entre outros).

8.0.4. Assim, os dois softwares são ferramentas imprescindíveis na atualidade para a ação parlamentar para passar a mensagem do mandato e sua representação à população de forma mais qualificada.

8.1. DETALHAMENTO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO/ENTREGAS

8.3.1. Para o gerenciamento das assinaturas, deve ser fornecido acesso ao console de administração dos softwares fornecido pela Adobe, assim como todas as assinaturas ficarem vinculadas ao ID da Câmara Municipal de Porto Alegre.

8.3.4. A instalação e atualização dos softwares deve se dar por autoatendimento do usuário, com supervisão da área técnica. Deve permitir total gerenciamento por parte da área técnica de todos os softwares adquiridos, com possibilidade de atribuir, realocar e remover assinaturas de usuários..

8.4.

9. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Item	Descrição do Objeto	Valor (R\$)		UGR	Fonte (Programa/Ação)	Natureza da Despesa	ID
		Unitário	Total				
Licença	Adobe Creative Cloud para Equipes	4.200,00	1		QBM	Software de Edição	
Global		4.200,00				----	

11. RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. Os softwares deverão ser disponibilizados para download em até 03 dias úteis após a assinatura do contrato.

13. UNIDADE DE MEDIDA DO OBJETO

14.1. A ser debitado da Quota Básica Mensal da Vereadora Cláudia Araújo mês de dezembro de 2023.

15. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (REFERENCIAL)

16.1.

Item	Descrição do Item (Objeto)	CATMAT/CATSER	Quantidade	Unidade de Medida	Valor (R\$)	
					Unitário	Total

Global 4.200,00

16.2. O detalhamento da pesquisa de preços encontra-se no Informe [\[digite aqui a identificação do Informe de pesquisa de preço\]](#) (SEI nº #####), que fará parte do processo licitatório.

17. VIGÊNCIA CONTRATUAL

Assinatura por 1 ano, renovável por igual período.

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**Obrigações Gerais****Grau de Penalidade em Caso de Descumprimento**

20.1. A contratada deverá fornecer o produto conforme solicitado, cumprindo com todas as obrigações legais e contratuais. Também deverá apresentar certificado de capacidade técnica, relacionado ao fornecimento de licenças de softwares Adobe.

Rescisão do Contrato

20.3. A contratada deverá fornecer certificado de registro do direito de uso das licenças no site do fabricante pelo período mínimo de 12 (doze) meses, renovados por mais 12 (doze) meses;

Rescisão do Contrato

20.5. O serviço de atualização dos softwares que compõem o pacote Adobe Creative Cloud será prestado dentro do período de vigência das licenças e consiste no fornecimento para o Gabinete da Vereadora de todas as versões, features, releases, fixes e service packs, de forma a manter a solução permanentemente atualizada, bem como, no fornecimento de manuais e boletins técnicos com informações que assegurem a plena utilização dos produtos licenciados sem custo adicional para a CMPA.

Rescisão do Contrato

21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

22.1. A contratante deverá fiscalizar o cumprimento do contrato e a correta entrega dos softwares, adimplindo com suas obrigações contratuais.

23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)

24.1. Conforme estabelecido no art. 86 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

25. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

26.1. Diretoria Geral e Setor de Informática da Câmara Municipal de Porto Alegre.

27. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTOS À CONTRATADA

28.1. Quota Básica Mensal do Gabinete da Ver. Cláudia Araújo do mês dedezembro de 2023.

29. QUALIFICAÇÕES

30.1. A qualificação dos proponentes deve ser realizada de acordo com o estabelecido no art. 27 da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#).

30.3. A qualificação dos proponentes está de acordo com o estabelecido no art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, habilitando-os quanto a: I - habilitação jurídica; II - qualificação técnica; III - qualificação econômico-financeira; e IV – regularidade fiscal e trabalhista;

30.6. Considerando as justificativas das áreas questionadas sobre a necessidade das assinaturas das licenças, e levando-se em conta a perspectiva de aproveitamento de arquivos para produção, criação, edição, envio e recebimento de arquivos produzidos por outros diversos profissionais e áreas externas, especializados na produção e pós produção de conteúdo multimídia e a padronização das informações ora distribuídas em formatos amplamente utilizados pelo mercado, entende-se que o conjunto de softwares aplicativos Adobe Creative Cloud é a solução proposta para atendimento das necessidades do Mandato.

30.9.

31. DA GARANTIA CONTRATUAL

32.1. A assinatura começa assim que o pagamento inicial é processado e será renovada automaticamente todos os anos sem aviso prévio até o cancelamento. A CMPA, no ato da contratação, autoriza a empresa a armazenar os métodos de pagamento e usá-los para realizar a cobrança automática anualmente até o cancelamento. Cobraremos automaticamente a taxa atual do seu plano, mais os impostos aplicáveis (como IVA ou ICMS, caso não tenham sido incluídos), mensalmente do seu contrato anual após a renovação, até o cancelamento.

32.4. A alteração da taxa do plano durante a vigência de cada renovação anual será feita através de notificação, bem como sobre qualquer alteração na taxa com a opção de cancelar. Se a taxa de IVA ou ICMS aplicável (ou outros impostos ou encargos incluídos) for alterada durante o período de um ano, o preço com imposto incluso será ajustado conforme necessário no plano em médio prazo na próxima data de faturamento.

33. SIGILO

34.1. Sujeito ao seu cumprimento dos Termos e da lei aplicável e será concedido por meio deste instrumento, o direito não exclusivo, limitado e revogável de instalar, acessar e utilizar os Serviços e Software que a Adobe disponibiliza e que são licenciados.

34.4. As versões dos Serviços e do Software disponíveis na data de renovação poderão ser diferentes das versões disponíveis na primeira compra de licenças da Adobe. As versões dos Serviços e dos Softwares às quais a Adobe oferece suporte podem ser encontradas aqui.

34.7. A Adobe e seus licenciados são os únicos proprietários de todos os direitos, títulos e interesses nos Serviços e Software. Exceto como indicado nos Termos, não é concedido nenhum direito sobre patentes, direitos autorais, segredos comerciais, marcas registradas ou quaisquer outros direitos em relação aos itens nos Serviços ou Software.

34.10. Conteúdo Gerado pelo Usuário não é hospedado pelo software e ele não é pelo conteúdo gerado pelos usuários.

35. RESCISÃO CONTRATUAL

36.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas no art. 78 da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#).

36.3. A assinatura poderá ser cancelada a qualquer momento entrando em contato com o Suporte ao cliente. Caso o cancelamento seja feito dentro de 14 dias após o pedido, o valor será totalmente restituído. Caso o cancelamento seja feito após 14 dias, haverá cobrança de uma única parcela de 50% de suas obrigações contratuais restantes e o serviço continuará até o fim do período de cobrança do mês.

36.6. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

37. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

38.1. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado.

38.3.

39. DISPOSIÇÕES GERAIS

40.1. A celebração do contrato está a cargo da Diretoria Geral da Câmara Municipal de Porto Alegre e o Setor de Informática dessa Casa Legislativa.

41. ANEXOS

42.1. ANEXO I - Projeto Básico Aquisição de Licença de Software (SEI nº 161.00109/2023-71).

42.5. ANEXO II - Orçamento Aquisição de Licença por 1 ano do Software Adobe Creative Cloud para Equipes.

O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro no art. 6º, inciso IX, da Lei nº 8.666/1993 e art. 15 da IN nº 02/2008-SLTI/MPOG, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.



Documento assinado eletronicamente por **Everton de Moraes Gimenes, Vereador (a)**, em 24/06/2024, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0754233** e o código CRC **AFB01126**.



Digite aqui para pesquisar

Esta Pasta



Catálogo de Endereços

Opções



Sair

Email



Responder

Responder a Todos

Encaminhar

Mover

Excluir

Lixo Eletrônico

Fechar



- Caixa de entrada (121)
- Lixo Eletrônico
- Mensagens enviadas
- Mensagens excluídas (3)
- Rascunhos

Clique para exibir todas as pastas

Conflitos

Gerenciar Pastas...

Autorização uso da ata - PE 336/2023

PMPA/Unidade de Contratos - DLC/SMAP [ucon@portoalegre.rs.gov.br]

Enviado: segunda-feira, 24 de junho de 2024 17:38

Para: Fabiane Mattos da Costa

Prezados,

Informamos que há saldo para utilização da ata do PE 336/2023, conforme solicitado via protocolo virtual, através do processo 24.0.000070475-6.

- Aquisição de 2 licenças de uso do software Adobe Creative Cloud for Teams All Apps por 12 (doze) meses, totalizando R\$ 10.198,00.

Solicitamos envio do empenho e indicação do fiscal, para registro da utilização.

Atenciosamente,

Fernanda Nunes Rodrigues
Unidade de Contratos
Diretoria de Licitações e Contratos
Prefeitura Municipal de Porto Alegre

--

This message has been scanned by E.F.A. Project and is believed to be clean.

Não compartilhe seus dados de login. Eles são sua identificação pessoal na rede.

Email

Responder

Responder a Todos

Encaminhar

Mover

Excluir

Lixo Eletrônico

Fechar

RES: DISPONIBILIDADE NA ARP 153/2021

Fernanda Nunes Rodrigues [fernandar@portoalegre.rs.gov.br]

Enviado: sexta-feira, 13 de agosto de 2021 17:05**Para:** CMPA - Seção de Licitações; _SMAP - DLC - Equipe de Gestão de Registro de Preços [egrp@portoalegre.rs.gov.br]**Cc:** Rodrigo Almeida Soares; Thiago Bandeira Requiell

Boa tarde, Márcia!

Conforme conversamos, a URP disponibilizou, na internet, uma planilha para que os próprios órgãos consultem os itens ativos nas Atas de RP (material) da PMPA, bem como os respectivos saldos, vigências e demais informações pertinentes.

Abaixo, segue link de acesso à planilha:

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smf/default.php?p_secao=194

O saldo disponível pode ser verificado na coluna K e a vigência da Ata na coluna N.

Esta forma, ao utilizar as Atas de RP material, a CMPA deve encaminhar, para esta URP, a cópia do empenho e a relação (nome, código e número do pregão) dos itens utilizados e as respectivas quantidades.

IMPORTANTE:

Para as Atas de RP serviço o fluxo permanece o mesmo: encaminhar, para esta URP, e-mail para verificação de saldo e, após, cópia do empenho para registro.

Atenciosamente,

Fernanda Nunes Rodrigues
Unidade de Registro de Preço
Diretoria de Licitações e Contratos
Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio
DLC/ SMAP/ PMPA
(51) 3289-1444

-----Mensagem original-----

De: CMPA - Seção de Licitações [mailto:licita@camarapoa.rs.gov.br]

Enviada em: sexta-feira, 13 de agosto de 2021 15:47

Para: _SMAP - DLC - Equipe de Gestão de Registro de Preços <egrp@portoalegre.rs.gov.br>

Cc: Rodrigo Almeida Soares <rsoares@camarapoa.rs.gov.br>; Thiago Bandeira Requiell <t.requiell@camarapoa.rs.gov.br>

Assunto: DISPONIBILIDADE NA ARP 153/2021

Senhores(as) boa tarde.

Para fins de contratação solicitamos informação a respeito da disponibilidade de adquirir 60 peças de SACOS DE ALGODÃO, VAZIO, ENCORPADO, ALVEJADO BRANCO, TAMANHO APROX. DE 50 CM X 78 CM, 115G, por meio da ARP 153/2021, item 04, código 1007442.

Atenciosamente.

Márcia Ribeiro Miranda
CMPA - Seção de Licitações
(51) 3220 4314

Seja responsável com o meio ambiente - só imprima se for necessário.

--

This message has been scanned by E.F.A. Project and is believed to be clean.

Não compartilhe seus dados de login. Eles são sua identificação pessoal na rede.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

SECRETARIA DE FINANÇAS

CENTRO DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE

Endereço: AV. DUQUE DE CAXIAS, 924-CENTRO Telefone: (81) 3541.4715 CNPJ: 08.637.373/0001-80

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

CERTIFICO, em cumprimento ao despacho exarado no PROCESSO Nº ***** e com base na legislação em vigor, que o contribuinte mencionado abaixo, está quite com os tributos do cadastro mercantil até a presente data: 25/06/2024

Contribuinte: TECNETWORKING SERVICOS E SOLUCOES EM TI LTDA		Inscrição Mercantil: 10961 Sequencial: 10401 Referência Loteamento:
Localização: AV. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 00249, A, TIMBO		Cadastro Imobiliário: 2.4145.006.0000.038
Natureza: Tributos Mercantis		Inscrição Imobiliária: 500147
Razão Social: TECNETWORKING SERVICOS E SOLUCOES EM TI LTDA		
CNPJ/CPF	Inscrição Estadual	Inscrição Mercantil
21.748.841/0001-51		10961
Atividade Principal: 6202-3/00 - DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZÁVEIS		
Atividades Secundárias 4618-4/99 - OUTROS REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO ESPECIALIZADO EM PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE 6201-5/01 - DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA 6203-1/00 - DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NÃO-		
Início Atividade: 26/01/2015	Validade: 24/08/2024	
Observações: Válido por 59 dias.		
VIA INTERNET		

Para validar a autenticidade desse documento acesse o Portal do Contribuinte.



<https://gestor.tributosmunicipais.com.br/redesim/prefeitura/abreuelima//views/publico/portaldodocontribuinte/publico/autenticacao/autenticacao.xhtml>

9AE421E11A6B4A56171DAE12697A7D2EDDD0F387

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FISCAIS

Número: 2024.000006113232-10

Data de Emissão: 25/06/2024

DADOS DO CONTRIBUINTE

Nome/ Razão Social: TECNETWORKING SERVICOS E SOLUCOES EM TI LTDA EPP

Endereço: AVENIDA PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 249 LETRA A

Bairro: TIMBO

Município: ABREU E LIMA

Inscrição Estadual: 0608704-35

CNPJ: 21.748.841/0001-51

CNAE Principal: 6202-3/00

CEP: 53.520-020

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste órgão, que o contribuinte supra identificado não possui débitos em situação irregular inscritos na Dívida Ativa do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido contribuinte.

Esta Certidão é válida até **22/09/2024**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" do Site www.sefaz.pe.gov.br.

OBS: Inválida para Licitação Pública. A certidão válida para Licitação Pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, é a Certidão de Regularidade Fiscal.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: TECNETWORKING SERVICOS E SOLUCOES EM TI LTDA
CNPJ: 21.748.841/0001-51

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 16:37:23 do dia 26/02/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/08/2024.

Código de controle da certidão: **5D20.B094.174F.8FC7**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 21.748.841/0001-51
Razão Social: TECNETWORKING SERVICOS E SOLUCOES EM TI LTDA ME
Endereço: AV PRESIDENTE CASTELO BRANCO 249 ANEXO B / TIMBO / ABREU E LIMA / PE / 53520-020

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/06/2024 a 11/07/2024

Certificação Número: 2024061207242261973434

Informação obtida em 25/06/2024 10:37:13

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: TECNETWORKING SERVICOS E SOLUCOES EM TI LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 21.748.841/0001-51

Certidão nº: 44724928/2024

Expedição: 25/06/2024, às 10:38:37

Validade: 22/12/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **TECNETWORKING SERVICOS E SOLUCOES EM TI LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **21.748.841/0001-51**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

DESPACHO - SPAC

À DPF:

Solicitamos autorização superior para contratarmos a empresa TECNETWORKING SERVIÇOS E SOLUÇÕES EM TI LTDA., para aquisição do objeto conforme Projetos Básicos de *links 0754233 e 0753134*, por meio da ARP-PMPA nº 26419681/2023, *link 0753124*, e manifestação do GVEG, *link 0751195*, e do GVPAF, *link 0753134*.

Ainda, registramos a inserção de e-mail de manifestação da SELIC, *link 0754596*, Edital, Termo de Homologação, Proposta, certidões e declarações neste expediente.

Por fim, informamos que, nesta data, há saldo na planilha da PMPA http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smf/default.php?p_secao=194.

SPAC.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Mattos da Costa, Assistente Legislativo III**, em 25/06/2024, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0754590** e o código CRC **DEE2D3D3**.

DESPACHO - DPF

Ao SPAC:

Levando em consideração a instrução realizada (0754590), autorizo a aquisição por meio de ata de registro de preços da PMPA.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos da Silva, Diretor da Diretoria de Patrimônio e Finanças**, em 25/06/2024, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0754649** e o código CRC **63DE5A2C**.



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901

Telefone: (51) 3220-4314 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

MINUTA DE PUBLICAÇÃO

SÚMULA Nº 23/2024, DA CMPA, DE PARTICIPAÇÃO NO SRP/PMPA.

PROCESSO SEI Nº: 282.00007/2024-05.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE.

CONTRATADA: TECNETWORKING SERVIÇOS E SOLUÇÕES EM TI LTDA.

CNPJ Nº: 21.748.841/0001-51.

OBJETO: Aquisição de 2 (duas) licenças de uso do *software* Adobe Creative Cloud for Teams All Apps por 12 (doze) meses; marca Adobe; conforme item 2 da ARP nº 26419681/2023, da PMPA.

VALOR UNITÁRIO: R\$ 5.099,00 (cinco mil e noventa e nove reais).

VALOR TOTAL: R\$ 10.198,00 (dez mil, cento e noventa e oito reais).

BASE LEGAL: Participante do Edital de Pregão Eletrônico SRP nº 336/2023, da PMPA.

Município de Porto Alegre, 26 de junho de 2024.

José Alfredo Santos Amarante,
Diretor-Geral.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Alfredo Santos Amarante, Diretor(a)-Geral**, em 26/06/2024, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0755033** e o código CRC **3176B279**.

DESPACHO - SPAC

Ao Setor de Expediente:

Solicitamos a divulgação da Súmula nº 23/2024, da CMPA, de Participação no SRP/PMPA, no DOPA-e de 28-06-2024, conforme documento constante do *link* 0755033.

SPAC.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Mattos da Costa, Assistente Legislativo III**, em 27/06/2024, às 09:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0755709** e o código CRC **CC3131DC**.



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901

CNPJ: 89.522.437/0001-07

Telefone: (51) 3220-4113 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

CERTIDÃO

Certificamos que a matéria (0755033) foi divulgada no [DOPA-E](#), conforme link em destaque.



Documento assinado eletronicamente por **Cesar Dias Ebling, Assistente Legislativo**, em 28/06/2024, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0756522** e o código CRC **5E907150**.

Referência: Processo nº 282.00007/2024-05

SEI nº 0756522



DIÁRIO OFICIAL PORTO ALEGRE

Órgão de Divulgação do Município - Ano XXIX - Edição 7295 - Sexta-feira, 28 de Junho de 2024.

Divulgação: Sexta-feira, 28 de Junho de 2024. **Publicação:** Segunda-feira, 1 de Julho de 2024.

Legislativo - EDITAIS

Editais

Câmara Municipal de Porto Alegre

Protocolo: 481221

SÚMULA Nº 23/2024 DA CMPA, DE PARTICIPAÇÃO NO SRP/PMPA.

PROCESSO SEI 282.00007/2024-05.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE.

CONTRATADA: TECNETWORKING SERVIÇOS E SOLUÇÕES EM TI LTDA.

CNPJ: 21.748.841/0001-51.

OBJETO: Aquisição de 02 (duas) licenças de uso do *software Adobe Creative Cloud for Teams All Apps* por 12 (doze) meses; marca Adobe; conforme item 2 da ARP nº 26419681/2023, da PMPA.

VALOR UNITÁRIO: R\$ 5.099,00 (cinco mil e noventa e nove reais).

VALOR TOTAL: R\$ 10.198,00 (dez mil cento e noventa e oito reais).

BASE LEGAL: Participante do Edital de Pregão Eletrônico SRP nº 336/2023, da PMPA.

Porto Alegre, 26 de junho de 2024.

JOSÉ ALFREDO SANTOS AMARANTE, Diretor-Geral.

  [Edição Completa](#)



Imprimir



DESPACHO - SPAC

Referência: Processo nº 282.00007/2024-05

SEI nº 0756674



- Licitações
- Contratos
- Pessoas/Empresas
- Comissões
- Remessas
- Auditoria
- Tabelas
- Ajuda

Fase Concluída. X

Licitação Voltar Excluir Baixar Documentos

[Órgão](#) 54901 - CM DE PORTO ALEGRE
[Situação](#) Encerrada [Resultado](#) Concluída
[Fase](#) Publicação
 *[Modalidade](#) Adesão à Ata de Registro de Preços *[Nº da Licitação](#) 23 *[Ano](#) 2024
[Origem](#) LicitaCon WEB ...

Fase Interna Publicação

PUBLICAÇÃO

[Data da Adesão](#) 29/11/2023

Publicações

Alterar	Evento	Data	Veículo	Descrição
	Publicação	28/06/2024	Diário Oficial do Município	SÚMULA Nº 23/2024, DA CMPA, DE PARTICIPAÇÃO NO SRP/PMPA.

1 - 1

Revogação/Anulação/Encerramento

Alterar	Evento	Data
	Encerramento	29/06/2024

1 - 1